



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 007 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
PFL Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cheida - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Mauro Moraes - Mohamad Ali - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 007

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Designações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep.Teruo Kato..... 10

Dep. Jocelito Canto..... 11

Dep. Elio Rusch 12

Dep. Luciana Rafagnin 13

Dep. Pedro Ivo 13

Dep. Osmar Bertoldi 14

Dep. Cheida 15

Grande Expediente:

Dep. Pastor Edson Praczyk 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior 17

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 17

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 19

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira..... 21

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 21

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 23

Liderança do Governo

Dep. Luiz Cláudio Romanelli 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão / Votação:

2ª Discussão 27

Discussão Única (Proposições).. 27

Discussão Única (Indicações).... 31

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 37

DIÁRIO Nº 007

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

06 DE MARÇO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cheida, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Mohamad Ali, Nelson Justus, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste e Geraldo Cartário (02).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luiz Accorsi e Fábio Camargo (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO N° 46/07

Curitiba, 06 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para solicitar a comunicação ao Plenário da minha ausência das Sessões Legislativas de hoje - 06 de março de 2007 - até segunda-feira - 12 de março de 2007, por estar me recuperando de uma intervenção cirúrgica, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos, neste período.

Limitando ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva n° 170/06, designa o Sr. Deputado Ribas Carli Filho para representar esta Casa de Leis na Reunião Extraordinária da União de Parlamentares do MERCOSUL nos dias 07, 08, 09 e 10 de março de 2007 na Cidade de Córdoba - Argentina.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão

Executiva n° 170/06, designa o Sr. Deputado Reni Pereira para representar esta Casa de Leis nos dias 07, 08 e 09 de março para tratar de assuntos da Reforma Tributária e da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em Brasília.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva n° 170/06, designa os Srs. Deputados Artagão Júnior, Edson Strapasson e Jocelito Canto para representarem esta Casa de Leis na Reunião Ordinária da União dos Parlamentares do MERCOSUL - UPM, nos dias 08, 09 e 10 de março, na Cidade de Córdoba - Argentina.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, vem REQUERER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 050/07, de autoria do Deputado Estadual Edgar Bueno.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO N° 250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco para as proposições constantes nos itens 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declarou *persona non grata* no Estado do Paraná, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, tendo em vista a controvérsia da aprovação do requerimento supra-mencionado.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Jocelito Canto, Artagão Júnior, Beti Pavin, Mauro Moraes, Cheida, Luciana Rafagnin, Péricles de

Mello, Professor Luizão, Pedro Ivo, Edson Strapasson, Teruo Kato, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Mohamad Ali, Antonio Anibelli, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva e Tadeu Veneri.

REQUERIMENTO Nº 230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Leis nºs 50/07 e 55/07, que tratam da instituição da Região Metropolitana de Cascavel.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 231

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 40/07, 45/07 e 46/07, que dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 219

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do funcionário aposentado deste Poder, Aníbal de Assunção.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 72 anos de idade, faleceu no último dia 17 de fevereiro no Município de Agudos do Sul, o Sr. Aníbal de Assunção.

O Sr. Aníbal de Assunção, deixou viúva a Sra. Albertina de Assunção, deixou ainda quatro filhos e quatro netos. O passamento de Aníbal Assunção veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos dentre eles este Parlamentar.

Aníbal, além de funcionário trabalhador e dedicado, era amigo leal. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família aos parentes e amigos.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa pois, valente lutador.

Permaneceremos, porém, fiéis a sua memória e os seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Rogamos ao Pai Celeste, que nossos amigos e familiares de Aníbal de Assunção, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Aníbal, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 221

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata desta Sessão voto de profundo pesar à família do ilustre médico de Paranavaí, Dr. Ivan Teotônio Botelho, pelo falecimento de sua filha Rosa Maria, ocorrido em 28 de fevereiro de 2007, em razão de trágico acidente.

Esta Casa reverencia a memória de Rosa Maria, que deixa três filhos e esposo e, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Requer, à Mesa, por fim, o envio de cópia do presente documento à família enlutada representada pelo Dr. Ivan T. Botelho, na Rua Rio Grande do Sul, nº 2.335, CEP 87703-320, no Município de Paranavaí - PR.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 229

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr. Takeichi Wai, Presidente Honorário da Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo, neste dia 5, aos 93 anos.

O Sr. Wai prestou inestimáveis trabalhos voluntários à comunidade nipo-brasileira, principalmente na construção do Hospital Nipo-Brasileiro, de São Paulo, onde veio a falecer.

No Bunkyo ele era membro do Conselho Superior da Apoio e Orientação.

À família enlutada as sinceras condolências desta Casa.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 241

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regi-

mentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento de Dom Ivo Lorscheiter, ocorrido em Santa Maria - RS, ontem, 05 de março.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento da Bancada do PT ao Bispo Emérito de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que foi Presidente da CNBB e integrou grupo de religiosos com destacada atuação contra o regime militar e merece ser lembrado pela sua valiosa luta em prol da democracia em nosso País.

REQUERIMENTO N° 227

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Sr. Walter Volpato, pela sua reeleição à frente da Presidência da Associação Comercial e Industrial de Sarandi - ACIS, para o próximo biênio.

O Sr. Walter Volpato se destacou na sua administração pelos importantes programas e projetos realizados na ACIS, como por exemplo: o PROE (Programa de Complementação Educacional), Projeto EMPREENDER e para breve o IPPEX, entre outros.

Este Parlamento cumprimenta o Presidente reeleito e seus Diretores.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Dr. Francisco Alberto Caricati, pela sua indicação como Chefe da Subdivisão de Operação do COPE.

Depois de ser designado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública para assumir o comando da Delegacia de Rio Branco do Sul, Região Metropolitana de Curitiba, já tendo sido titular no NURCE - Delegacia de Estelionato e Acidentes de Trânsito - foi indicado para atuar como Delegado Operacional do Comando de Operações de Policiais Especiais - COPE, de Curitiba.

O COPE atua em todo o Estado com ações de repressão ao crime organizado.

Este Parlamento cumprimenta o Delegado Francisco Alberto Caricati.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 220

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata desta Sessão, voto de louvor e congratulações à Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Paranavaí, a qual no dia 09 de março de 2007 celebrará cinquenta anos de fundação.

Essa data merece especial comemoração, pois durante todos esses anos, a Santa Casa de Paranavaí se destacou pelo atendimento esmerado e de qualidade que ofereceu e continua a oferecer à população não só de Paranavaí, mas de toda a Região Noroeste do Paraná, sempre com ênfase especial no tratamento dos mais carentes.

Requer à Mesa Diretora, por fim, o envio de cópia do presente documento à Santa Casa representada pelo Dr. Renato Augusto Blatz Guimarães, na Rua Rio Grande do Sul, n° 2.425, CEP 87703-320, no Município de Paranavaí - PR.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO N° 243

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao Governador do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando aos mesmos a cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Juscelino K. de Oliveira, situado no Município de Maringá, conforme reivindicação daquela comunidade, constante do Ofício anexo.

São 41 turmas existentes no referido colégio, com aproximadamente 1.300 alunos e lamentavelmente esses estudantes têm prejudicadas as atividades esportivas em razão da falta de cobertura na quadra esportiva, razão pela qual se espera a rápida atuação da Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a SANEPAR e ao Conselho de Administração da SANEPAR, solicitando remessa a esta Casa, da cópia da Ata e do voto do Conselheiro Pedro Henrique Xavier, apresentado em reunião do Conselho em março de 2006, onde se decidiu pelo aporte extra de 41 milhões de reais para a PAVIBRAS.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento público a existência dessa reunião onde houve liberação do pagamento de recursos

extras efetuados a PAVIBRAS pelas obras de saneamento no litoral do nosso Estado.

A Gazeta do Povo, na terça-feira, 30 de janeiro de 2007, em sua página sete, na coluna do respeitável jornalista Celso Nascimento, ofereceu esta denúncia, inclusive relatando as providências que o Governador Roberto Requião ficou de tomar, após uma reunião da Comissão conhecida como “Mãos Limpas”, realizada no mesmo mês, março de 2006, e que até a presente data, nada foi feito. Para bem justificar este requerimento, anexo cópia da matéria veiculada na Gazeta do Povo.

Assim sendo, face à importância da matéria, peço o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis, que tem a função de fiscalizar os atos do Executivo, seu voto favorável à aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, solicitando informações sobre notícias veiculadas pela imprensa paranaense referentes à substituição da ligação ferroviária entre Guarapuava e Ipiranga, anteriormente prevista no PAC, pelo trecho alternativo entre Guarapuava, Irati e Lapa.

1. A substituição foi realmente pedida pelo Governo do Estado do Paraná?
2. Quais as razões para tal substituição?
3. É viável o aumento dos custos da ligação ferroviária alternativa? Não vai onerar ainda mais os cofres públicos?
4. Foram avaliados os impactos econômicos negativos para os Municípios da região afetada?

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 234

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Presidente da ALL - América Latina Logística, Bernardo Hees, solicitando informações sobre notícias veiculadas pela imprensa paranaense referentes à substituição da ligação ferroviária entre Guarapuava e Ipiranga, anteriormente prevista no PAC, pelo trecho alternativo entre Guarapuava, Irati e Lapa.

1. A substituição foi realmente pedida pelo Governo do Estado do Paraná?
2. Quais as razões para tal substituição?
3. A substituição do trecho traz algum benefício para os interesses da ALL?

4. É viável o aumento dos custos da ligação ferroviária alternativa? Não vai onerar ainda mais os cofres públicos?

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 238

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, solicitando informações sobre notícias veiculadas pela imprensa paranaense referentes à substituição da ligação ferroviária entre Guarapuava e Ipiranga, anteriormente prevista no PAC, pelo trecho alternativo entre Guarapuava, Irati e Lapa.

1. A substituição foi realmente pedida pelo Governo do Estado do Paraná?
2. Quais as razões para tal substituição?
3. É viável o aumento dos custos da ligação ferroviária alternativa? Não vai onerar ainda mais os cofres públicos?
4. Foram avaliados os impactos econômicos negativos para os Municípios da região afetada?

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o pedido de informações ao Sr. Ailton Carlos Pisseti, Secretário de Estado da Comunicação Social, as seguintes questões:

1. Quais são os valores gastos pelo Governo do Estado em publicidade nos anos de 2005 e 2006, nos diversos segmentos de mídia?
2. Especificar esses valores gastos com publicidade pelo Governo do Estado na Administração Direta, Indireta, Fundações e Autarquias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja promulgado o Projeto de Lei nº 709/05, que autoriza o Poder Executivo a instituir o “Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres” no Estado do Paraná, enviado à sanção do Governador em 04 de setembro de 2006 e ainda não devolvido a esta Casa de Leis, resultando em sanção tácita.

Sala das Sessões, em 06.03.07

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando informações sobre notícias veiculadas pela imprensa referentes à substituição da ligação ferroviária entre Guarapuava e Ipiranga, anteriormente prevista no PAC, pelo trecho alternativo entre Guarapuava, Irati e Lapa.

1. A substituição foi realmente pedida por esse Governo do Estado?

2. Quais as razões para tal substituição?

3. É viável o aumento dos custos da ligação ferroviária alternativa? Não vai onerar ainda mais os cofres públicos?

4. Foram avaliados os impactos econômicos negativos para os Municípios da região afetada?

Sala das Sessões, em 06.03.07

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando os seguintes documentos e informações relativos aos IMLs - Institutos Médicos Legais:

1. Quanto em recursos recebe mensalmente cada uma das unidades no Estado?

2. Qual a origem desses recursos?

3. Quantos veículos estão à disposição em cada uma das unidades? Em que estado de conservação se encontram?

4. Qual o estado de conservação dos equipamentos e materiais de uso e de segurança?

5. Quantos funcionários estão lotados e trabalhando em cada uma das unidades? Relacionar cargos, funções e salários.

Sala das Sessões, em 06.03.07

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 239

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações relativos aos investimentos da COPEL e da Fundação COPEL junto ao Banco Santos:

1. Qual o montante de recursos públicos investido pela COPEL e pela Fundação COPEL no Banco Santos?

2. Qual o resultado dessas aplicações? Houve prejuízos?

3. Foram feitas retiradas sobre essas aplicações antes da decretação de falência do Banco Santos? Qual o montante?

Sala das Sessões, em 06.03.07

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 248

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o pedido de informações ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, as seguintes questões:

1. Que providências administrativas serão tomadas em relação ao caso em que houve "excessos" na ação policial contra uma família de São José dos Pinhais, conforme Boletim de Ocorrência nº 2007/139978;

2. Enviar relação de nomes dos policiais militares envolvidos neste caso. Enviar fotocópia da ficha funcional de cada policial militar que participou desta arbitrariedade e abuso de poder.

3. Será procedida a abertura de processo administrativo contra esses policiais militares?

Sala das Sessões, 06.03.07

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 075/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, da Lei nº 15.352, de 22 de dezembro de 2006, que passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam homologados os procedimentos adotados pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de conformidade com o disposto nas Leis nº 13.212 e 13.214 de 29 de julho de 2001, no período de suas vigências.”

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.07

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto faz-se necessário para correção de um equívoco material, resultante da troca do número da lei a que se fazia referência, nesse sentido, a lei correta seria a 13.214, que dispõe acerca de matéria tributária,

em especial o ICMS, e não a Lei nº 13.213 como se fez menção erroneamente.

Diante disso, esperamos contar com a compreensão e apoio de todos dos demais Pares dessa Casa de Leis, para aprovação do presente projeto, evitando assim, prejuízos aos contribuintes.

(a) PLAUTO MIRÓ

PROJETO DE LEI Nº 076/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os órgãos do Poder Público do Estado do Paraná devem manter programa permanente de compensação para neutralizar as emissões de dióxido de carbono produzidas a partir de suas instalações e das atividades inerentes às suas atribuições.

Art. 2º Medidas de compensação são aquelas que contribuem para neutralizar as emissões de dióxido de carbono, como o plantio de árvores.

Art. 3º O fator utilizado para o cálculo da emissão de carbono em cada atividade e a quantificação das medidas de compensação para neutralizar a emissão, serão estabelecidos na regulamentação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.07

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Ao longo do último século, principalmente após a Revolução Industrial, os países começaram uma vertiginosa escalada de crescimento econômico o que gerou o aumento da demanda energética, não só em função das necessidades das indústrias em expansão, mas também por causa do crescimento da população mundial.

A consequência mais direta é o aumento da temperatura média do planeta em função da concentração de CO₂, numa média de 0,4% anuais. Este aumento se deve principalmente à utilização crescente de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) e à destruição das florestas tropicais.

A consequência mais direta é o aumento da temperatura média do planeta em função da concentração de CO₂, numa média de 0,4% anuais. Este aumento se deve principalmente à utilização crescente de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) e à destruição das florestas tropicais.

Entre todos os poluentes da atmosfera, o principal alvo da neutralização é o dióxido de carbono (CO₂), gás responsável por impedir a dissipação para o espaço das ondas de calor resultantes da reflexão da luz do sol sobre a superfície do planeta. O metabolismo de plantas na etapa do crescimento consome grande volume de CO₂. A árvore, então, mantém o carbono aprisionado em sua estrutura por décadas - ou até morrer ou ser cortada e transformada em carvão.

se plantar árvores em número suficiente para absorver o gás produzido.

Foi criado um fator de emissão de carbono, índice que calcula o CO₂ posto em circulação para cada atividade. Esse fator é multiplicado pelo consumo de energia elétrica ou litros de combustíveis fósseis. O resultado é convertido em árvores.

A necessidade de minimizar os impactos do aquecimento global levou a Prefeitura de São Paulo a neutralizar todas as ações dos quatro dias de desfile de carnaval no sambódromo, dados sobre consumo de energia elétrica, gás, transporte e lixo produzidos neste evento foram levantados pelos especialistas para chegar ao cálculo aproximado de 700 toneladas de carbono que resultaram no plantio de 1.200 árvores.

Com este tipo de ação podemos diminuir o impacto de gases que são emitidos na natureza, por exemplo um show para 6.000 pessoas equivale ao plantio de 38 árvores, ar-condicionado ligado por oito horas diárias durante um ano - 5 árvores, assim o governo certamente dará exemplo para que a iniciativa privada também adote esta causa.

PROJETO DE LEI Nº 077/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação São José, com sede e foro no Município de Matelândia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação São José, com sede e foro no Município de Matelândia, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem por finalidade, oferecer educação a pessoas sem recursos, acolher para atendimento social e espiritual adolescentes e jovens dependentes de substâncias entorpecentes, pessoas sem teto, menores abandonados e demais marginalizados, desenvolver ações preventivas em diversos lugares, visando auxiliar as pessoas e evitar que males sociais as atinjam, criar locais para encontros, promover shows, gincanas, campeonatos, cursos, retiro, concentrações e outros eventos, produzir e transmitir através dos meios de comunicação programas educativos e de valorização do ser humano, promover retiros espirituais e momentos de oração e reflexão, proporcionar um ambiente sadio e harmonioso para as pessoas em depressão, objetivando o desenvolvimento social.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais disposi-

tivos aplicados à matéria, merecendo o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 078/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do Município de Ramilândia à PR-495, no Município de Santa Helena.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A estrada que propomos seja estadualizada pelo Poder Executivo não tem qualquer tipo de pavimento sendo o tráfego realizado sobre o leito natural.

Trata-se de importante via de integração entre os Municípios de Diamante do Oeste, Santa Helena e Ramilândia.

Referidos Municípios têm como base de sua economia a agricultura, pecuária leiteira e avicultura entre outras atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores rurais.

Nesse trecho da estrada estão sendo realizados diversos assentamentos, com projetos de reforma agrária coordenada pelo Governo Federal com a participação do Governo do Estado, pelos quais serão beneficiadas cerca de quinhentas famílias, e quase essa totalidade já encontram-se assentadas.

O Município de Ramilândia será o principal beneficiado, de vez que está sendo isolado com respeito à estrutura viária, de outros Municípios, e com a estadualização e manutenção da estrada pelo Governo do Estado, através do DER, será incrementado o desenvolvimento econômico e social daquela comunidade.

Salientamos ainda que o Município de Ramilândia, em todo seu território, conta apenas com quatro quilômetros de estrada estadual, possui um IDH abaixo da média estadual e um dos mais baixos de toda região Oeste. Carece portanto, de colaboração para construção de uma infra-estrutura que possa ajudá-lo a sair dessa situação.

PROJETO DE LEI Nº 079/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Paraná, a ser comemorado durante o ano de 2008.

Art. 2º O Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Paraná fará parte do Calendário Oficial de Comemorações do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O navio Kasato Maru chegou ao Brasil em 18 de junho de 1908, atracando no Porto de Santos conduzindo os primeiros imigrantes japoneses. Esses imigrantes se espalharam pelo Brasil, principalmente na Região Sudoeste e Sul, ajudando com o seu alto espírito empreendedor e pioneiro a construir o progresso de nosso País.

No Paraná, a maior parte deles se fixou na Região Norte do Estado: Londrina, Maringá, Assaí, Uraí, Cambé, entre outras, trabalhando na lavoura e com seu labor, mostrando uma nova fase na agricultura brasileira.

Com eles, veio uma nova cultura, sua arte, o seu esporte - o beisebol, judô, karatê, sumô e outros - e procuraram manter viva a cultura oriental, ensinando aos seus filhos aqui nascidos a sua língua-pátria e mantendo sempre as suas tradições.

Hoje, a Colônia Japonesa é um exemplo de tradição e cultura a ser seguido pelos brasileiros.

A Pátria que abraçaram pós guerra, hoje, se sente orgulhosa de tê-los como irmãos. Seus filhos casaram por aqui, formaram novas famílias, e, dessa mistura das duas raças, formaram uma geração nova e com caracteres marcantes dessa mistura de raças.

Grande oportunidade de divulgarmos e reconhecermos os trabalhos e as conquistas da Imigração Japonesa, e estreitarmos o relacionamento nipo-brasileiro ajudando a nação brasileira que tão bem acolheu os imigrantes japoneses aqui na terra abençoada e também ajudando a repensar os próximos anos.

Cem anos são passados, e, buscamos uma comemoração marcante no Estado e no Brasil, por isso, pretendemos instituir o ano de 2008, como o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil e contamos com a colaboração dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 080/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa da Sopa Allan Kardec, fundada na Cidade e Comarca de Cianorte - Paraná, com sua sede à Rua da Abolição, nº 890, fundos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Casa da Sopa Allan Kardec tem por objetivo essencial atender pessoas carentes, desvalidas sem distinção de raça, cor ou religião, bem como aos necessitados em trânsito pela Cidade.

O propósito desta instituição é atender no período diurno uma média de quarenta a cinquenta pessoas com uma refeição diária, das 11h às 13 h de segunda-feira a sexta-feira.

Por tratar-se de uma sociedade civil de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, funcionará recebendo doações da comunidade, e os trabalhos administrativos serão realizados por voluntários.

PROJETO DE LEI Nº 081/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna-se obrigatório no Estado do Paraná a separação de lixo reciclável.

Art. 2º O Governo do Estado do Paraná fornecerá mensalmente, para cada residência, embalagens plásticas de cor verde, no período de 06 (seis) meses. Após este período o usuário terá a obrigatoriedade de separar o lixo orgânico do lixo reciclável.

Art. 3º Após (90) noventa dias do período de entrega das embalagens plásticas pelo Governo do Estado do Paraná, as residências que não separarem o lixo produzido responderão com pagamento de multa no valor de 100 UFIRs.

Art. 4º Ficam as empresas responsáveis pelo recolhimento do lixo no Estado do Paraná, a obrigação de adequarem seus equipamentos à coleta reciclada e organizada pelas famílias paranaenses.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Programa de Reciclagem do Estado do Paraná, em consonância com as normas internacionais relacionadas ao Meio Ambiente, faz com que todas as residências, aproximadamente 2.000.000 e empresas de coleta de lixo se importem e se conscientizem da importância da preservação sócio-ambiental em todo Estado do Paraná.

Inicialmente, o Governo repassará as residências do Estado do Paraná, como forma de incentivo e educativo, embalagens plásticas de cor verde, no período de 06

(seis) meses. Após este período o usuário terá a obrigatoriedade de separar o lixo orgânico do lixo reciclável produzido em seus lares.

O presente projeto de lei visa o benefício tanto do aproveitamento de todo material reciclável, - até mesmo, futuramente em transformação de energia, - como também, por outro lado o apoio financeiro as classes mais necessitadas, menos favorecidas das famílias paranaenses. Tendo em vista o volume de matéria reciclada, a estas devidamente organizadas, trarão ao nosso Estado grandes empresas que a muito atuam neste mercado, abrindo, com este, novas ofertas de empregos e maior arrecadação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Teruo Kato, no Pequeno Expediente.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

(**Lê:**)

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Ocupo esta tribuna, pela primeira vez em minha atividade parlamentar, para manifestar a minha satisfação em representar uma região, que há praticamente vinte anos estava sem representatividade nesta Casa. Com o apoio da população da região de Paranaíba, que se conscientizou da importância e da necessidade de termos um Deputado Estadual, conseguimos chegar a Assembléia Legislativa e faremos desta tribuna a nossa trincheira em favor dos interesses do Paraná e de forma muito particular do extremo Noroeste do Estado.

Nossa região, Exmos. Srs. Deputados, passou por um processo de empobrecimento a partir dos anos setenta, com o declínio da cafeicultura. Nosso solo arenoso e o clima extremamente quente pareciam decretar a pobreza para a população regional. Aconteceu um esvaziamento populacional, o nível de atividade econômica caiu e ficamos quase que sem perspectiva. A pecuária extensiva expulsou o homem do campo. O cultivo da mandioca e as farinhas artesanais ficaram praticamente como únicas opções no campo.

Mas o povo trabalhador, determinado e aguerrido da região não se deixou abater. E junto com as autoridades locais, os Prefeitos da Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense, a AMUNPAR, e o apoio do Governo do Estado, começaram um trabalho de reversão do processo de empobrecimento, que parecia definitivo. As pesquisas mostraram que tínhamos potencial para a diversificação agrícola.

No final dos anos oitenta veio a citricultura, o parque cafeeiro foi revitalizado a partir dos anos noventa, mesma época em que surgiu a opção da avicultura. Os

pecuaristas se modernizaram. A pecuária de leite também aumentou a sua produtividade. E as farinheiras artesanais deram lugar a modernas unidades industriais, que extraem da mandioca o amido modificado, que pode ser utilizado em vários setores, do farmacêutico ao têxtil. Temos, ainda, duas indústrias de suco de laranja. Exportamos derivados da mandioca, suco de laranja e carne. Nossa agroindústria se fortaleceu.

Mais recentemente, veio a cana-de-açúcar, que está promovendo uma revolução econômica. A sericicultura, que atravessou uma fase ruim, agora se levanta. E no extremo Noroeste, o cultivo de arroz irrigado movimenta a economia de vários Municípios. Até o látex pode ser extraído na região, já que temos experimentos bem sucedidos de seringais.

E acredito que o momento é propício para discutirmos opções de culturas para a extração de óleos para o biodiesel, que está na pauta dos Governos Estadual e Federal. Vamos trabalhar com determinação para que a região também seja contemplada com estas ações.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Temos vocação para o agronegócio. Não queremos continuar vendendo somente matéria-prima para outros centros. Vamos industrializar a nossa produção, gerar empregos e renda para a nossa gente. E ainda temos muito a explorar em nível de turismo, sobretudo o turismo ecológico. Deus foi generoso com a região, banhando-a com os rios Paraná, Paranapanema e Ivaí. Mas o turismo regional é um tema do qual queremos falar em outra oportunidade.

Sr. Presidente, colegas Deputados. Todo este potencial estará à mostra a partir da próxima sexta-feira, quando está aberta a 36ª Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Paranavaí, a EXPOPARANAVAÍ, no Parque Costa e Silva, em nossa Cidade. O Exmo. Sr. Governador Roberto Requião já confirmou presença na cerimônia de abertura, bem como o Secretário da Agricultura e Abastecimento, Valter Bianchini, com quem conversamos e ainda vamos conversar muito mais sobre o apoio para a nossa região.

E será uma honra para nós receber os ilustres Parlamentares neste dia, quando poderão conhecer um pouco de nossas riquezas e de nossos potenciais. Todos serão muito bem-vindos à EXPOPARANAVAÍ, oportunidade em que poderão constatar que está nascendo um novo Noroeste; que ainda temos muitos problemas, mas que eles estão sendo solucionados, que o futuro é promissor e que vale à pena investir na região.

Como Prefeito de Paranavaí, demos nossa contribuição para o desenvolvimento regional. Agora, como Deputado e com o apoio dos ilustres Pares, queremos fazer muito mais.

Paranavaí os espera de braços abertos para seu mais importante evento do agronegócio regional.”

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero me reportar hoje a uma notícia que está sendo veiculada pelos jornais e nós como representantes da Cidade de Ipiranga, estamos fazendo na Sessão de hoje quatro pedidos de informação. Ao Ministro dos Transportes, ao Ministro do Planejamento, ao Presidente da ALL e também ao Governador Roberto Requião.

No jornal e a preocupação nossa da comunidade de Ipiranga, uma das principais obras previstas para o Paraná no Plano de Aceleração do Crescimento-PAC, poderá ser revista a pedido do Governo Roberto Requião. De acordo com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo a ligação ferroviária Guarapuava e Ipiranga, proposta encampada pela ALL, poderá ser substituída pelo trecho alternativo entre Guarapuava, Irati e Estação Engenheiro Bley no Município da Lapa, Região Metropolitana de Curitiba. A linha férrea de aproximadamente 220 quilômetros é fundamental para concretizar o corredor Oeste, ligação ferroviária da região Oeste ao Porto de Paranaguá, no litoral do Paraná. A obra está prevista no PAC e nós estávamos prevendo fazer o trecho Guarapuava-Ipiranga, mas tiramos um pedido do Governador Requião para estudar um traçado alternativo e fazer para a Lapa, declarou o Ministro Paulo Bernardo.

Srs. Deputados, principalmente os Deputados da região dos Campos Gerais, estamos chamando a atenção do Governo e esses pedidos de informação hoje são para confirmar, principalmente, ao Governador Roberto Requião. A substituição foi realmente pedida pelo Governador do Estado? Quais as razões da substituição? É viável o aumento de custos da ligação ferroviária alternativa? Não vai onerar ainda mais os cofres públicos? Foram avaliados os impactos econômicos negativos para o Município da região afetada?

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na tarde de hoje estamos protocolando este pedido. Primeiro, porque a ALL e o Ministério já haviam assumido o compromisso de fazer esta ligação por Ipiranga. E, agora, a pedido do Governador, segundo o Ministro Paulo Bernardo, vai deixar de fora o Município de Ipiranga.

Como eu sou o Deputado mais votado em Ipiranga e representante, juntamente com os demais companheiros dos Campos Gerais, estou solicitando ao Governador se é verídica a informação de que ele pediu para mudar o trecho que vai ficar mais caro e vai acabar prejudicando Ipiranga. E é sempre bom dizer, Deputado Romanelli, que em Ipiranga o Governador venceu as eleições nos dois turnos.

Se o Governador realmente pediu isto, eu vou ficar muito triste, porque Ipiranga foi a cidade aonde ele venceu a eleição nos dois turnos. Então, é muito triste, Deputado Péricles, V. Exa. que teve votos lá em Ipiranga, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Plauto, nós tivemos votos em Ipiranga.

Então, é triste vermos esta notícia sendo veiculada, aqui, de que o Governador pediu para mudar o traçado, não passando por Ipiranga. Estou solicitando informação e torço para que não sejam verdadeiras as palavras do Paulo Bernardo. Tomara que o Paulo Bernardo esteja equivocado. Está no jornal e como é uma informação, estou pedindo esta informação, hoje, em nome de todo o povo dos Campos Gerais, principalmente da região de Ipiranga, porque o Ministro disse que foi o Governador quem pediu.

Eu não falei com o Governador. Estou falando através do requerimento, pedindo a ele que nos informe, porque isso vai dar prejuízo principalmente para a região de Ipiranga e vai encarecer a obra. Eu acho que ao País não cabe encarecer obras.

Por isso, Sr. Presidente, V. Exa. que já foi Secretário dos Transportes, aliás V. Exa. também tem que me ajudar neste projeto, porque V. Exa. teve muitos votos em Ipiranga, se não me falha a memória, teve quase mil votos. Me perdoe, porque acabei esquecendo de V. Exa. que sempre teve bastante votos em Ipiranga. Então, incluo V. Exa. neste projeto também. Não acho justo o Governo mudar. Vai custar mais caro e vai prejudicar o povo de Ipiranga e da região dos Campos Gerais.

Por isso, Deputado Romanelli, estou pedindo informações. O Ministro Paulo Bernardo disse que foi o Requião que pediu para mudar. Agora, eu quero saber se foi o Governador Roberto Requião quem pediu, mesmo, para mudar e vai prejudicar a Cidade que lhe deu a vitória no primeiro e segundo turnos.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso do Pequeno Expediente para falar desta tribuna sobre um assunto que nós já nos manifestamos por inúmeras vezes. Diz respeito ao presídio de segurança máxima que foi construída no Estado do Paraná, mais precisamente no Município de Catanduvas, na região Oeste do Estado.

Nós, desde o começo, nos manifestamos contrários a esta construção, porque dizíamos já naquela época que esta obra que o Presidente da República, o Lula, estava oferecendo ao Estado do Paraná e que o Governador do Estado, Roberto Requião, estava aceitando, seria nada mais e nada menos que um depósito dos condenados de alta periculosidade no nosso Estado.

Nós dizíamos, naquela época, e está registrado nas notas taquigráficas, que o Paraná iria abrigar os “fernandinhos beira-mar, os marcolas” e tantos outros criminosos, de outros Estados. E nada melhor do que o tempo. O

tempo é a razão daquilo que falamos, ele confirma a veracidade ou desmente as pessoas. Aquilo que nós dizíamos e que as lideranças do Oeste, na sua grande maioria, estavam temendo, aconteceu. Pois bem, hoje, o Paraná e o Oeste do Estado abriga o Fernandinho Beira-Mar e tantos outros marginais de grande periculosidade.

Vejam, Srs. Parlamentares, o que a grande imprensa do Brasil mostrou no dia de ontem e anteontem: a remoção do Fernandinho Beira-Mar para Vitória, Rio de Janeiro, depois volta não sei para onde. O que custa o Fernandinho Beira-Mar preso? Quanto ele custa para o Brasil? Quanto ele custa e custou para o Brasil, para os cofres públicos, só nessa remoção que dá, exatamente, a oportunidade ou a garantia ao preso de acompanhar o depoimento de testemunhas?

Deputado Waldyr Pugliesi, veja V. Exa., Fernandinho Beira-Mar lá no Oeste do Paraná, preso na cidade de Catanduvas, e de lá é transferido para Cascavel, sob uma forte escolta da Polícia Federal. Quanto custa isso? E o perigo que isso oferece para as pessoas daquela região? Depois, ele é transportado, com um avião especial, aqui do Oeste do Paraná, para o Rio de Janeiro, para Vitória ou para São Paulo. O que custa isso?

Deputado Nelson Justus, o Brasil está carente, não consegue encontrar recursos suficientes para resolver o problema da saúde do nosso povo brasileiro e o Governo tem que dar os recursos necessários para deslocar um criminoso de alta periculosidade, para dar o direito a ele de assistir ao depoimento. Não posso condenar este ou aquele advogado porque é um direito que eles têm. Agora, foi adiado o depoimento do Fernandinho Beira-Mar porque algumas testemunhas não foram encontradas, não foram comunicadas dessa audiência.

Nessa maratona toda, Deputado Nelson Justus, foram usados doze carros, nove motos, um avião e mais centenas de outras pessoas, impedindo algumas vias pelas quais passaria o Fernandinho Beira-Mar. Que Brasil é este? Que País é este?

Aí que vem a questão do Congresso Nacional e do próprio Poder Judiciário em, realmente, verificar se a videoconferência não é a grande saída. Por que deslocar essas pessoas? Será que não é o momento de rever a Lei Processual Penal no nosso País, já que se discute, também a questão da maioria penal? Acho que tudo tem que ser analisado.

Não é possível que num País onde faltam recursos para educação, saúde e área social, nós tenhamos que dispor de mais de duzentos mil reais para transportar um Fernandinho Beira-Mar da lá para cá, belo e formoso.

Este é o protesto que faço na Assembléia e, com toda certeza, nós voltaremos com esse assunto, talvez com algumas sugestões que a Assembléia Legislativa possa encaminhar para o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quarto orador inscrito. Com a palavra a Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Faço uso da tribuna neste dia para tecer alguns comentários de uma maneira especial sobre esta semana, na qual comemoramos o Dia Internacional da Mulher, no dia 08 de março. Esta Casa, através das Deputadas, com a concordância do Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, estará promovendo uma Sessão Solene no dia 08 de março, em homenagem às mulheres do Paraná.

Gostaria de dizer que celebramos o dia 08 de março como um dia marcado pela luta, um dia marcado pelo luto e um dia marcado também por muitas conquistas que obtivemos no decorrer do tempo, da história. De uma maneira especial fomos agraciados por muitas conquistas, mas que isso não veio de graça às mulheres. Foi através de muita organização, de muita luta, Deputada Rosane.

Conseguimos hoje discutir políticas públicas. Através de muitas lutas conseguimos, hoje, ter mulheres no Parlamento. Até 1932 não tínhamos o direito de votar. Só depois disso que conquistamos o direito de votar e também de ter a nossa participação, tanto nesta Casa de Leis, no Congresso, nas Câmaras de Vereadores, no Poder Executivo, embora ainda é bastante pequena a nossa representação. É só olharmos nesta Casa, de 54 Deputados, apenas quatro mulheres. Precisamos fazer com que as mulheres participem mais da política, que não só venham a disputar as eleições, mas sim que também participem dos Partidos, que também ajudem na construção dos seus Partidos para poder assumir Presidência. Assim como estamos vendo as mulheres assumindo um pouco mais as cooperativas, sindicatos, Presidências de sindicatos.

A mulher vem ocupando cada vez mais o seu espaço na sociedade, de uma maneira especial no campo econômico, no campo social e também no campo político, embora ainda com muitos desafios.

Se olharmos o ano de 1857 e lembrarmos das 129 mulheres que morreram queimadas porque lutavam por seus direitos, vamos ver que essas mulheres nos deixaram um bom exemplo de não ter medo, mas sim de se organizar e enfrentar os problemas, porque através da organização conseguimos ter uma força maior e obter as conquistas ou alcançar o sonho que temos.

Tivemos a felicidade, no Governo Lula, de ver criada a Secretaria Especial para Mulheres, com status de Ministra, a Ministra Nilcéia Freire. Isso tem trazido para nós mulheres algumas conquistas e o fato disso é que estamos conseguindo debater a questão da educação, da saúde, da habitação e junto com isso uma questão que nos aflige muito que é a questão da violência com a mulher. Tivemos no ano passado aprovada a Lei 11340/06, a chamada Lei “Maria da Penha”, que combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. Acredito que isso vai minimizar um pouco a violência que ocorre com

a mulher, hoje. Mas, é preciso que as medidas realmente sejam tomadas. Não basta apenas a lei existir, é preciso que as ações previstas nas leis, aconteçam.

Além das penalidades da lei, para nós o que é importante é a criação dos centros, das casas de apoio para as mulheres vítimas de violência e isso é um assunto que precisamos debater no Estado, nos Municípios, para que os Municípios tenham também esses centros de apoio.

Neste momento, Sr. Presidente, tendo em vista que no dia de amanhã, na quinta-feira, e isso prossegue até o domingo, esta Deputada vai estar fora desta Casa, mas acompanhando muitos eventos com relação ao Dia Internacional da Mulher.

Queria aqui, de uma maneira muito especial, parabenizar nosso Presidente que concordou com a Sessão Solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher e todas as nossas Deputadas, que estarão aqui coordenando essa Sessão. Parabenizar a todas e desejar muito sucesso nessa Sessão. De uma maneira especial, parabenizar a todas as mulheres, que lutam, sonham e buscam: podem ter certeza que estamos construindo uma sociedade melhor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Pedro Ivo.

Deputado Pedro Ivo (PT)

O SR. PEDRO IVO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O assunto que me traz à tribuna, hoje, é referente a uma matéria de capa da Gazeta do Povo, que diz que o TJ autoriza aluno de cinco anos a cursar o ensino fundamental no Paraná.

Eu gostaria de fazer o registro do meu protesto, quanto a essa decisão do Tribunal de Justiça. O FUNDED - o novo Fundo da Educação, tornou obrigatório o ensino fundamental aos nove anos. Era de 1ª a 4ª séries e de 5ª a 8ª, mas ampliou estendendo para nove anos, incluindo à educação, a pré-escola, a educação infantil, na obrigatoriedade, aumentando um ano, aos nove anos, no ensino fundamental.

Nessa discussão que o Governo Federal fez muito bem, ampliou os debates, em sete seminários regionais, fazendo uma discussão ampla com a sociedade. Houve muita distorção e divergência, no sentido não da obrigatoriedade dos nove, mas por que os seis anos, por que a pré-escola e não estender aos anos subsequentes ao ensino fundamental, ampliando para o 2º grau, ao invés de mexermos na pré-escola? Porque, entendem os educadores, os pedagogos, o pessoal dessa área, que nessa fase da vida, de zero a seis anos, o ser humano forma o seu caráter e a sua personalidade. Para tudo temos um tempo de vida. Até os vinte anos crescemos. Aos doze anos inicia-se a linha do raciocínio lógico, da matemática. De

zero a seis anos formamos o caráter e a personalidade e esse é o momento da nossa vida, em que a criança precisa ter um espaço adequado, para que ela possa ter um conteúdo com atividades lúdicas, trabalhando princípios, que muitas vezes carregamos para o resto da vida, como: éticos, de responsabilidade e solidariedade, políticos, de deveres, direitos e de cidadania, estéticos - as manifestações artísticas e culturais, que você resgata dentro da criança, nas quais ela é capaz, e a partir dela as coisas podem acontecer.

A educação infantil, no período de zero a seis anos, é um momento em que a criança está no centro da educação infantil e tem toda uma estrutura preparada para isso. É como se fosse o seu ninho, tendo o horário do sono, o colchãozinho dela, a brincadeira. É diferente do período da escola, em que é o ensino fundamental, onde o nome diz tudo: ensino. E você está passando o ensinamento. Educação é muito mais complexo do que o ensino fundamental. É um momento que a criança tem que ter toda uma dedicação especial, para essa fase da sua vida.

É lamentável essa decisão da Justiça, em permitir que crianças de cinco anos possam estar ingressando no ensino fundamental. São Paulo é o Estado que está mais duro, mais do que o Paraná - a criança só entra no ensino fundamental, quando ela completa seis anos no mês de dezembro do ano anterior. O Paraná, em 1º de março - estamos sendo mais flexíveis. Mas admitir que uma criança tenha que se sujeitar à disciplina de uma escola de ensino fundamental, com crianças de 8ª série, junto, é lamentável e prejudicial para essas crianças. Muitas vezes os pais não entendem essa questão pedagógica, da importância de se manter essa criança dentro de um centro de educação infantil.

O Paraná abre precedentes. É o único Estado que abriu essa polêmica na questão da educação infantil, permitindo então a inclusão dos cinco anos. Gostaria de registrar, então, o meu protesto contra essa decisão de incluir as nossas crianças de cinco anos em uma escola regulamentar, uma escola de ensino fundamental.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Osmar Bertoldi.

Deputado Osmar Bertoldi (PFL)

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente e membros desta Assembléia.

Primeiramente, dizer que é um prazer para mim estar aqui podendo falar pela primeira vez neste Parlamento e sobre um tema, que ao meu ver e ao ver de boa parte das cabeças pensantes, dos urbanistas, das pessoas que estão envolvidas nas questões urbanas deste País e deste Estado, que é tratar de um tema como a questão metropolitana. Hoje estamos entrando com uma emenda que peço o apoio do Plenário, que diz respeito à

criação de uma Comissão Permanente de Assuntos Metropolitanos e também Aglomerados Urbanos. Qual o motivo da criação dessa Comissão?

Cada vez mais, as pessoas estão vivendo em Cidades e em centros urbanos. Hoje, pela primeira vez na história da humanidade, mais da metade da população mundial vive em centros urbanos. Mudou a característica das populações e em especial em Países de terceiro mundo, como é o nosso caso aqui no Brasil. As pessoas buscam as Cidades para buscar as oportunidades de emprego, as oportunidades de estudo, de conhecimento e por que não dizer que as pessoas buscam também nos grandes centros urbanos, a convivência com outros seres humanos.

Por isso, a criação dessa Comissão para mim é muito importante, que a Assembléia participe desse processo e não somente na questão da busca de recursos. Até há pouco falava com o Deputado Ribas Carli Filho e ele comentava que o próprio Ministério do Planejamento Urbano tem falado que através das Regiões Metropolitanas é possível se entrar no PAC com muito maior facilidade do que cidade a cidade. Tive a oportunidade de fazer alguns cursos aqui no Brasil e fora do País, onde tive a oportunidade de visitar Governos Metropolitanos, onde são tratadas questões como saúde, educação, coleta de lixo e reciclagem de maneira metropolitana. Temos um grande exemplo na Cidade de Curitiba e na sua Região Metropolitana do transporte coletivo, que está quase em sua totalidade integrado, mas não em sua totalidade. Mas, não temos esse mesmo exemplo em Regiões Metropolitanas na questão da saúde, porque hoje o cidadão que se dirige a uma unidade de saúde, é atendido de uma maneira na cidade pólo e de outra maneira na cidade vizinha e muitas vezes esse mesmo cidadão trabalha nessa cidade pólo. Então, há uma confusão das políticas públicas e de que maneira esse cidadão pode ser atendido de maneira sistêmica.

O mesmo acontece na questão da educação, que cada Município, principalmente no ensino fundamental, tem uma política pedagógica de educação, usando um determinado critério. E, ora, ninguém vive hoje em uma única Cidade, mas você vive nessa grande metrópole. Dou o exemplo de Curitiba por ter mais experiência nesta redondeza - ninguém vive em Colombo ou vive em Curitiba, mas vive na grande metrópole que compõe essas duas Cidades e o mesmo cabe a Almirante Tamandaré, a São José dos Pinhais, enfim, a tantas Cidades. E aqui na Assembléia teremos a oportunidade de debater essas Comissões, até porque temos aí três Regiões Metropolitanas já formadas, que é o caso da Região Metropolitana de Curitiba, criada na década de setenta, em 74; da Região Metropolitana de Londrina e Maringá, criada em 98; temos processos tramitando na Casa, sendo um do próprio Deputado Ribas Carli, referente à região de Guarapuava, querendo criar aquela Região Metropolitana; outro de Cascavel, que foi uma mensagem enviada pelo próprio Governo e retirada após e; outra, que foi a criação

da Região Metropolitana de Ponta Grossa, que tem autoria de todos os Deputados daquela Cidade.

Então, é um tema que está borbulhando aqui na Casa e não somente aqui como fora, na nossa sociedade. Hoje nós teremos condições, através dessa Comissão, de debater este assunto, de ir a fundo e se possível trazer recursos e mecanismos para essas grandes Regiões Metropolitanas no nosso Estado que representam hoje, só as regiões que comentei, mais de 60% da população do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Cheida (PMDB)

O SR. CHEIDA

Sr. Presidente, ocupo a tribuna para comemorar aqui um fato inusitado que acontece no Paraná, um exemplo para o Brasil. Trata-se de um compromisso que assume a Associação dos Supermercados do Paraná com o Governo do Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente, de acabar com as sacolas plásticas nos supermercados do Estado do Paraná.

A humanidade já passou pela Idade da Pedra, passou depois pela Idade do Bronze, pela Idade do Ferro e nós estamos vivenciando a Idade do Plástico. Dizem os cientistas que entre os Estados Unidos e o Havaí, no chão do mar, há uma cobertura de cerca de um metro de plástico. As praias não têm mais areia apenas. Elas têm areia e microgrânulos de plástico. Enfim, não precisamos aqui nos esforçar para entender que o mundo padece de um problema de poluição muito grande. E no Paraná não é diferente. Para termos uma idéia do que digo, o Paraná joga no meio ambiente oitenta milhões de sacolas plásticas por mês. Isto dá a assombrosa cifra de duas toneladas de sacolas plásticas por mês.

Pois bem, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, através do Secretário Rasca Rodrigues, do Coordenador de Resíduos Sólidos, Laerte Dudas e do Dr. Saint Clair Honorato, que dentro do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, juntos, num trabalho extraordinário, convenceram a Associação dos Supermercados do Paraná, até o próximo dia 16, instalarem nas suas gôndolas e nos seus caixas sacolas oxibiodegradáveis.

Deputada Rosane, estas sacolas degradam-se em um ano e meio, enquanto que o plástico normal leva quatrocentos anos para se degradar. O Paraná dá um exemplo extraordinário. Não poderia deixar passar batida esta oportunidade. Acredito que para nós todos é motivo de grande comemoração. Mostra que quando se sua a camisa, realmente se faz um trabalho de convencimento, a sociedade toda só tem a ganhar.

Além disto, para complementar, estas comemorações, é preciso dizer que também se trabalha com a possi-

bilidade de os supermercados desenvolverem pontos de entrega voluntária ou posto de entrega voluntária, onde você, ao comprar desde uma pasta de dente, podendo deixar lá a caixa, até uma embalagem maior, seja ela de plástico, de metal ou de vidro, possa descartar a embalagem e o supermercado tenha que dar fim a ela.

Que notícias alvissareiras para o nosso Paraná! Que continuemos desta forma, um trabalho de extraordinária magnitude, até porque o Estado do Paraná produz cerca de vinte mil toneladas de lixo por mês e uma boa reciclagem verteria aos aterros sanitários, no máximo duas mil toneladas por mês, uma economia de quase 90%.

Parabéns à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ao seu Secretário Rasca, ao Dr. Laerte Dudas e parabéns também ao Dr. Saint Clair Honorato, do Centro de Apoio à Promotoria de Meio Ambiente.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

Subo a esta tribuna na tarde de hoje para falar sobre segurança pública do nosso Estado que, diga-se de passagem, vai mal das pernas, já de longa data, apesar dos esforços do atual Governo, se é que bem me lembro, no início do seu primeiro mandato, chamou para si a responsabilidade de Governador e também a de Secretário de Segurança. No meu ver não fez nem uma coisa e nem outra. Deixou a desejar as duas. Tanto é que me apoio no que a imprensa fartamente noticia todo dia. Uma, duas, três matérias, apontando os altos índices de violência, violência desenfreada no nosso Estado, ocupando posições elevadas de crimes.

Vemos também ações equivocadas da Polícia. Não de toda a Polícia, mas de uma boa parte da Polícia, ações truculentas, ações precipitadas. Recordo-me do caso do assassinato daquele pedreiro no Largo da Ordem que até agora não me lembro que fim teve aquela situação. Outro caso, também de outro assassinato, em Umbará, que também tem um ponto de interrogação. Lembro-me dos esforços do Governador, em ter acelerado o curso da Polícia Militar. Não foi isso? Acelerou a toque de caixa, uma ação nitidamente eleitoral, diga-se de passagem, e despejou nas ruas esses policiais literalmente despreparados e tanto é fato que na Cidade de Guarapuava, na Cidade do nosso amigo Ribas Carli e do Artagão Júnior,

houve aquela fatalidade de, justamente um desses policiais ter assassinado uma pessoa no território guarapuavano.

Eu tenho aqui inúmeros recortes de jornais. Não daria tempo de utilizar-me de todos eles, mas ilustram exatamente esta minha fala. O jornal de Cascavel, O Paraná, de quarta-feira passada, do dia 28 de fevereiro, na página 12, diz: *inquéritos militares investigam a ação de PMs nas mortes violentas de dois jovens em Curitiba*. A do pedreiro Edson Elias dos Santos, meu xará, 28 anos, no Largo da Ordem e do carregador Felipe Osvaldo da Guarda dos Santos, dezenove anos, no Bairro Umbará, conforme relatado anteriormente. Há aqui um grifo: *houve abuso e truculência por parte dos policiais*. Eu tenho aqui, da Gazeta do Povo, de domingo, dia 4 de março, na página 10, um desabafo de um dos leitores. Ele diz assim: *quinta-feira passada, por volta das 21h00, fui vítima de uma abordagem truculenta por parte do soldado Carvalho, do 12º Batalhão da Polícia Militar, no Largo da Ordem. Tinha saído do meu curso e me preparava para comprar um cachorro-quente. Me sentei num banco da Praça João Cândido, atrás das ruínas de São Francisco. Lá estava quando o policial chegou de moto e me mandou botar as mãos na cabeça e com muita truculência perguntou: “Onde está a maconha?” Respondi que não uso drogas, mas mesmo assim ele insistiu, disse que sabia que eu tinha passagem pela Polícia. Afirmei que não, pois de fato não tenho! Depois de me revistar os bolsos, a bolsa, ele foi embora sem nada falar, sem ao menos pedir desculpas! Foi humilhante pois ele gritou para todos ouvirem dizendo que eu fedia a maconha. Nunca usei qualquer tipo de droga, não fumo, não bebo, considere abusiva a ação do policial e acho que os cidadãos precisam ser tratados com mais respeito*. Está aqui, o Wagner Rodrigo da Cruz, de Curitiba.

Agora pasmem, Srs. Deputados, também da Gazeta do Povo, eu tirei da Gazeta do Povo, on-line: *rapaz surdo-mudo acusado de roubo, é solto depois de treze dias*. Deputado Rossoni, o rapaz foi preso porque transparecia um comportamento fora do normal, não falava, não aprendeu a falar porque é surdo e ele foi preso. E aqui o policial, não vou ler na íntegra, disse que por pouco não atirou no rapaz! E eu fico me questionando, Deputado Cheida, que preparo a nossa Polícia está tendo? Que cuidados ela está tendo? A Segurança de um modo geral, que cuidados são esses? Vindo a confirmar que aquela última formatura dos policiais foi literalmente feita de qualquer jeito. Está faltando a atenção do Governador que aí está para a Segurança e a atenção do Secretário de Segurança Pública! Espero que a nossa voz possa ecoar no gabinete de ambos, para que a partir de então comecem a fazer política de Segurança Pública de verdade!

E tem mais aqui, mais do jornal Estado do Paraná de quinta-feira, da Folha de Londrina falando sobre tortura de policiais, etc, etc, e mais, mais, mais!

Para que os Srs. Deputados, principalmente os que fazem parte da base de apoio ao Governo não venham argumentar que relatos são notícias requentadas, passo a relatar um mais recente de um policial. Ele é policial há mais ou menos 23, 24 anos, ele está presente, não usarei o nome de guerra dele para preservá-lo. Presente também está sua esposa, seu filho, Dona Umbelina, o soldado Edson Carlos e o seu filho Tiago.

Pasmem, Srs. Deputados, o filho desse soldado foi comprar pão, numa determinada tarde, pegou o carro do pai - isso é bom para seu programa, Deputado Luiz Carlos Martins - foi comprar pão e na volta, depois de ter entregado o pão para sua mãe, sua mãe ter feito o café da tarde, ter se assentado à mesa para partir o pão, ele ouviu o som peculiar de uma movimentação à frente da sua residência. Saiu para ver do que se tratava - está sabendo disso, não é Deputado Zucchinho? - lá estavam três viaturas da ROTAN que adentraram, violentamente, no seu domicílio o empurrando, o humilhando, a berros, dando tapa no seu rosto, como se diz na gíria popular “maquinados”, dizendo: “Cadê o carro roubado?” E o rapaz, sem entender absolutamente nada falou: “Mas que carro, o único carro que nós temos aqui é esse carro.” - “Esse carro mesmo que foi roubado!” - “O senhor deve estar equivocado, esse carro pertence ao meu pai que, por sua vez, é policial.” - “Que policial, coisa nenhuma.” - “Sim, é policial há 23 anos.” - “Seu pai é isso - eu não vou usar os termos, porque me sinto constrangido de repetir a fala dos policiais, mas que caracterizam a falta de educação, a falta de sensibilidade, a truculência, o despreparo que já se tornou comum, rotineiro nos nossos dias no Estado do Paraná. Ele disse: “esse carro é do meu pai, o senhor pode verificar.” Tapa daqui, empurrão de lá. A mãe, é óbvio, o instinto materno fala mais alto, saiu em defesa do filho, pediu paciência, calma ao policial, que mais do que depressa agrediu-a verbalmente e fisicamente, alvejando-a.

Esse casal, embora de família simples, muito dignos por sinal, possuem além do filho de dezessete anos, um menino que é portador de necessidades especiais. O menino, assustado com todo aquele alvoroço começou a chorar, gritar e aí o policial desferiu um chute no menino. Covardemente por sinal, uma valentia sem igual. O que traumatizou mais o menino. O menino não pode ver o pai de farda, não pode ver um policial fardado. Srs. Deputados, quando os tais policiais abriram o porta-malas do suposto Santana furtado, aí deram-se conta da bobagem que eles realizaram, porque ali estava a segunda farda desse trabalhador, desse policial, porque uma estava com ele. Ele estava trabalhando, defendendo o pão de cada dia, e porque não, defendendo a nossa segurança, e a outra estava ali guardada, o coturno, o cacetete, os aparatos policiais. Aí eles deram-se conta da bobagem que fizeram. Esse relato está registrado, o boletim de ocorrência, o exame de corpo delito, essas coisas todas. Está tudo aqui para quem quiser ler.

Fiz questão de chamar essa família para estar entre nós, para caso eu cometesse qualquer tipo de injustiça diminuindo ou acrescentando qualquer item ao fato, que eles assim me corrigissem ao final da minha fala. Preservo a identidade deles, aqui no nosso meio, porque não vai acrescentar absolutamente nada. Mas em função desse relato, estava conversando com um jornalista, está até ali o Antônio Carlos Ribas e falei do acontecido e ele falou: “Essa é mais uma que vai ser engavetada, vão passar um corretivo, entre aspas, vão jogar esses policiais ali numa atividade interna e vai ficar por isso mesmo, porque já virou a casa da sogra.” Foi o que ele disse para mim. E me parece que virou rotina, virou comum esse tipo de comportamento.

Por isso, enquanto Deputado, estou encaminhando, protocolando um pedido de informação ao Secretário de Segurança Pública: quero saber que fim levará esse caso, que punição levarão esses maus policiais, péssimos policiais da ROTAM. Não só desse caso, mas de tantos casos anteriores a esse, narrados por este Parlamentar. Vou mais além, peço ao Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Mauro Moraes, peço também ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Francisco Bühner, que acompanhem de perto essa situação, que façam jus a posição que ocupamos como Parlamentares e como membros dessas Comissões para saber se esses maus policiais que emporcalham a digníssima Polícia, que não fiquem ilesos, impunes, tamanha a aberração desse comportamento.

Peço para o Líder do Governo, Deputado Romaneli, que por gentileza libere a Bancada fiel do Governo para votar esse pedido de informações, ao contrário do que tentaram impedir a votação do pedido de informações do Deputado Jocelito Canto, que muito habilmente bateu o pé e conseguiu fazer esse encaminhamento prosperar. Então, peço o mesmo comportamento de V. Exa. e dos demais Pares, porque essa situação não pode ficar sem um grande puxão de orelha a esses policiais e expulsão dos mesmos. Porque assim como adentraram nessa residência, poderiam ter adentrado na casa de qualquer um dos que aqui estão presentes, Parlamentares ou não.

Srs. Deputados, Srs. Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e de Segurança, Sr. Presidente, essa é a minha fala, esse aqui é meu registro de indignação, esperando que seja feita justiça, esperando que seja posta às claras essa situação vergonhosa para o nosso Estado e para os quadros da Polícia do Estado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Horário das Lideranças. PMDB, Deputado Stephanes Júnior.

Pela ordem com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (***Pela Ordem***)

Sr. Presidente, só para registrar a presença do Chefe de Gabinete da Cidade de Serranópolis do Iguaçu, Marcelo Sem, que nos honra com a sua presença.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado, seja bem-vindo a nossa Casa.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Nelson Justus, demais membros da Mesa, meus colegas Deputados, senhoras e senhores.

Quero agradecer primeiramente ao Líder do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi por me ceder o Horário da Liderança do Partido. Pode ter certeza que eu não vou falar sobre nenhum tema polêmico na tarde de hoje.

Vou abordar, apenas para conhecimento de todos, que o PMDB acabou de receber uma carta de desistência, do ex-Ministro, ex-Deputado, ex-Ministro do STF, Nelson Jobim, aonde ele deixa de concorrer à Presidência do Diretório Nacional do PMDB.

Acho que isso foi muito bom, unifica o Partido. Nesse dia 11 de março de 2007, a convenção vai ratificar o Michel Temmer como Presidente e toda a sua chapa. O Paraná se encontra bem representado, com vários Deputados Federais compondo o diretório, na chapa do Michel Temmer, inclusive com o Reinhold Stefhanes, como seu Vice-Presidente a nível de Brasil, do PMDB.

Isso mostra uma maturidade do nosso Partido, porque poderia deixar seqüelas essa eleição, no diretório a nível nacional. Isso fortalece também uma maior independência do nosso Partido. Nós podemos ser aliados, mas também temos uma maior independência em relação ao Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB, PFL, PT, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ouvi aqui o Deputado Jocelito falando do PAC e da reestruturação da malha ferroviária do Paraná. Inclusive, se comenta também de fazer o contorno ferroviário de Curitiba, que pode ser incluído no PAC. Essa é uma decisão de logística, de técnica. Existe um gargalo muito grande, aonde a velocidade média na região de Guarapuava é de 16 km/hora. A ferrovia precisa transportar mais volumes e tecnicamente será tomada uma decisão no sen-

tido de fazer com que o transporte ferroviário do Estado do Paraná crie condições para transportar mais volume, diminuindo o custo de transporte para os produtos que podem ser transportados via Ferroeste.

Essa é uma das grandes medidas do Governo Lula aqui no Estado. Não é diferente com relação ao Aeroporto Afonso Pena, que terá grandes investimentos e também do Porto de Paranaguá. E assuntos ligados a infraestrutura do Estado, alguns podem ser ainda complementados pelo próprio Estado. É um processo de negociação com os Governadores, não tenho dúvida que essa é uma decisão que não é política. A decisão política é de se investir nos trilhos ferroviários para baixar a logística e o transporte para o Estado do Paraná e a decisão de onde passar com mais volume é uma decisão técnica.

Sr. Presidente, tenho a satisfação de usar esta tribuna também para registrar, pelo nosso Secretário Valter Biachini, que este ano a produção estimada da agricultura do Estado é de 29,8 milhões de toneladas de grãos dessa safra de verão e inverno. Essa renda bruta gerará e se igualará a 29,2 bilhões de reais. Isso é muito importante. Essa é a maior safra de todos os tempos, graças ao tempo bom que ocorreu e também hoje, os preços estão muito bons. É bom lembrar aqui, que fomos muito criticados no Governo Lula, no primeiro ano do Governo, onde a soja, por exemplo, é um dos grandes pilares de movimentação econômica do Estado. Chegou ao patamar de 56 reais a saca e infelizmente, deu dois anos de seca consecutiva e começaram a culpar o Governo pelo problema do endividamento dos produtores. O preço do grão diminuiu no mercado internacional. Os custos de produção eram cotados em dólar, era alto, e os produtores se endividaram. E agora baixou o custo de produção, os preços subiram e vai dar safra boa. Vai dar um aquecimento da economia extraordinário, essa produção. A maré do Estado está muito boa. Isso é importantíssimo. Vejo que o Paraná dará grandes saltos, vai continuar sendo líder nacional na área agropecuária.

Fico muito feliz com isso.

Outro assunto que me traz a esta tribuna, que não é de praxe falar, mas venho aqui com muita tristeza trazer uma informação do meu Município. Na Cidade de Toledo, no dia de ontem, a Câmara Municipal votou a área da cultura que será privatizada. Que calamidade! Barbaridade, fazer com que se pague pela questão cultural. O Poder Público abre mão de fomentar a cultura. Foi definido e disciplinado em lei no dia de ontem. A Bancada do PMDB daquela Cidade e a Bancada do PT entrarão com recursos junto a Justiça declarando essa lei inconstitucional. É um absurdo! Infelizmente, o Prefeito José Carlos fez naquela Cidade. O Deputado Duílio Genari poderia mediar junto ao Prefeito José Carlos que ele revesse essa posição. Ele está privatizando a cultura na Cidade de Toledo. Passou para a iniciativa privada. Que coisa calamitosa, do ponto de vista da nossa concepção, de gestão de política pública para a área de cultura.

É lamentável essa postura. Esse é um debate duro, ontem, enfrentado pelos Vereadores do PT e do PMDB daquela Cidade, que fazem oposição naquela Casa. Eu vejo que é um erro político do Prefeito e eu espero que minha voz ecoe na minha Cidade, na Cidade onde eu moro, na Cidade de Toledo, para que o Prefeito reveja esta posição.

Nós temos feito de tudo, aliás, o Governo do Estado sempre será parceiro daquela Cidade. Nós mediamos várias ações concretas naquela Cidade e em toda a região, mas esta questão desta decisão do Governo, lá, para mim foi demais: privatizar a política para a cultura, na Cidade de Toledo, fazer com que as pessoas tenham que pagar para participar. Vão privatizar, inclusive, o uso do teatro municipal. Na nossa concepção, é um absurdo. Eu espero que o Prefeito da Cidade de Toledo reveja esta posição. Espero que o Deputado Duílio Genari trabalhe para ter este convencimento e possam rever esta posição.

Concedo aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Cheida (PMDB)

Apenas para parabenizar o seu depoimento e sua preocupação, e também levantar uma outra. Hoje, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estamos vendo uma avalanche de terceirizações e privatizações nas Prefeituras do Brasil, como um todo. Eu conversava com o Deputado Antonio Belinati a respeito de Londrina, onde ele me trazia a informação de que cerca de 53% das atividades administrativas da Prefeitura de Londrina estão sendo terceirizadas. Esta informação sua, de Toledo, também caminha na mesma direção. E há outras. Eu acredito que talvez esta venha a ser uma tendência que os Prefeitos se escudem, para se livrar - de certa maneira - da Lei de Responsabilidade Fiscal. É preciso ficar atento, porque é uma lei tão importante e tão meritória e com princípios sagrados, como esta de tentar disciplinar os gastos públicos, pode estar tendo um efeito inverso do que se pretendeu. É preciso que este seu depoimento vá a uma investigação mais funda, o que solicito a V. Exa. e a todos os Deputados desta Casa, que são o conjunto dos 399 Municípios do Estado e que nós representamos conjuntamente.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sou eu quem agradece seu aparte.

Só para finalizar, Sr. Presidente, para ter uma idéia, a gestão da Casa da Cultura, seus cursos de música, artes plásticas e artes cênicas vai se entregar para a iniciativa privada tocar! Só vai poder participar disso quem pagar! Vejam que absurdo!

Quero fazer um apelo desta tribuna, para que o Prefeito reveja esta posição. Eu acredito que o Prefeito José Carlos Schiavinato não entende apenas de concreto, de obras, que são importantes. Que ele pense e reveja sobre esta questão da decisão. Espero, sinceramente, que o Prefeito José Carlos Schiavinato se preocupe com as

peças daquela Cidade, que ele reveja esta posição e que podar o acesso à cultura, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é rebaixar a cidadania e atentar contra a democracia. É fazer com que o Estado abdique da função de estabelecer uma política de cultura.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (aparte)

Só queria perguntar, V. Exa. fez a abertura do seu pronunciamento, falando sobre a questão técnica dessa ferrovia. V. Exa. está afirmando, então, que o Governo vai cumprir aquilo que for melhor para o Governo, que saia mais barato e que melhore as condições na malha ferroviária, porque o Ministro Paulo Bernardo está falando aqui que ele acha mais viável por Ipiranga e que só parou um pouco porque o Governador pediu para mudar. Eu não entendi o que o senhor quis dizer. Não entendi se V. Exa. quis dizer que vai seguir esse primeiro, que é o técnico perfeito, ou se vai fazer o projeto que o Governador pediu.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Se tecnicamente for possível passar por Ipiranga, passará por lá. O projeto que o Governador previu, se não me falha a memória, aumenta o custo...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Sim, o do Governador aumenta o custo!

O SR. ELTON WELTER (PT)

E se for tecnicamente melhor e puder transportar mais, do ponto de vista logístico, será tomada essa decisão.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (NELSON JUSTUS)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PP. Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati por dez minutos.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTÔNIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus; Sr. Deputado Alexandre Curi; Sr. Deputado Stephanes Júnior; Sras. Deputadas; Srs. Deputados.

Ao ligar a televisão, hoje, às 6h30, no Bom Dia Paraná, vi uma notícia vinda da minha querida Cidade de Londrina, onde tive a alegria de ser Prefeito por três mandatos, e onde o nobre colega Deputado Cheida também ocupou o cargo de Prefeito. A notícia estampada pela Rede Paranaense de Comunicação-RPC, no Bom Dia Paraná, é do estrangulamento do Hospital Universitário de Londrina que, mais uma vez, suspendeu o atendimento aos pacientes por absoluto excesso de lotação. A

televisão nos mostrou imagens, logo pela manhã, de pacientes que desde ontem aguardam, jogados pelos corredores, esperando ansiosamente por atendimento médico.

É bom lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Londrina é uma cidade de quinhentos mil habitantes, é uma das mais majestosas do Sul do País, a terceira Cidade do Sul do País, se é que ainda não perdemos para Joinville essa condição de densidade populacional. Lamentavelmente, Sr. Presidente, ao analisar a situação de médicos, enfermeiros e funcionários do Hospital Universitário, eles têm muita boa vontade, mas que contraste terrível: nós vemos o Governo gastar milhões no rádio, jornal e televisão, dizendo que a Saúde está uma maravilha, que está sobrando até leito hospitalar e, de repente, constatamos, neste País, a falta de mais médicos, de mais enfermeiros, de mais funcionários, de mais leitos hospitalares e pacientes aguardando nos corredores dos hospitais.

Tenho um sobrinho que é Vereador, é médico e trabalha numa ambulância no serviço do Estado do Paraná. Para se ter uma idéia, Deputado Cheida, o meu sobrinho, quando está de plantão como médico, em determinado momento, é chamado para buscar um doente em Jacarezinho, distante 150 quilômetros de Londrina, porque não há vaga na UTI em Jacarezinho. A Central detecta lá, digamos, que em Ivaiporã tem o hospital mais próximo para internar o paciente que está morrendo, então, ele tem que ir 150 quilômetros à direita para Jacarezinho, mais 150 quilômetros para voltar, são 300 quilômetros. De Londrina a Ivaiporã são mais 170 quilômetros para ir, mais 170 quilômetros para voltar, é uma viagem de seiscientos e tantos quilômetros para socorrer um paciente por falta de UTI. Então, em resumo, quanto é que o Governo gasta por falta de visão, por falta de um planejamento na área da saúde?

Queria, Sr. Presidente Nelson Justus, prestar minha solidariedade às famílias que têm parentes doentes. Outro dia, a Folha de Londrina estampou que no mesmo dia, na minha Cidade de Londrina, numa instituição de saúde, morreu uma criança pela demora do atendimento; e no mesmo dia, quase no mesmo instante, numa outra instituição de saúde, na mesma Cidade de Londrina, uma mulher também morria como consequência da demora para ser atendida, para ser socorrida.

Por isso, Sr. Presidente, quando vemos faltar remédios, quando vemos pacientes esperando um ano, dois anos por uma cirurgia e quando lemos no jornal, já virando até rotina, que chegou finalmente o dia do paciente cadastrado ser atendido, não houve mais a necessidade de atendimento porque o paciente morreu.

Há pouco tempo, a nossa imprensa noticiou: *um cidadão chegou num posto de saúde angustiado, implorando por um atendimento, dizendo que estava passando mal. e alguém respondeu: o senhor não será atendido hoje. Vai voltar para casa e quando chegar a sua vez de ser atendido nós vamos avisá-lo. Mais de um ano depois o cidadão não apareceu no dia que estava agendada a*

sua consulta. Mandaram um emissário até a casa desse paciente. Bateram palmas e quando chamaram pelo nome o vizinho respondeu: “Mas, por que está procurando o sr. fulano?” “É porque ele não apareceu no posto de saúde para ser examinado”. Então, diga lá ao seu superior, que não há mais necessidade de atendê-lo porque ele já está no cemitério, já morreu.”

E esta cena volta à tela da televisão, às páginas dos jornais. Um hospital da importância regional como o HU que atende dezenas de Municípios, que mandam seus pacientes pobres, miseráveis, para serem atendidos em Londrina, como também nos demais hospitais regionais, de repente vemos constrangidos o resultado de que esses pacientes estão jogados pelos corredores dos hospitais.

Para o rico, não falta UTI. Está sobrando UTI nos hospitais. Se aqui um Deputado passar mal, não vai morrer por falta de UTI. Quem está morrendo no hospital é aquele que é pobre, que não tem dinheiro para deixar pago adiantado na tesouraria do hospital. Para o rico tem até UTI aérea, vem jatinho de São Paulo, busca o paciente em qualquer canto do País, já vêm os médicos, enfermeiros. Quando o avião chega em São Paulo tem até helicóptero, a ambulância para transportar o rico, o milionário, para o Sírío Libanês, para o InCor, para os grandes hospitais do Brasil ou até mandar para o exterior.

Não somos contra que o rico seja atendido na UTI aérea ou no hospital mais rico do Brasil, mas o que queremos é que os pacientes pobres, de baixa renda, deixem de morrer por falta de atendimento. Que haja humanidade, que haja respeito com a vida dos nossos irmãos de baixa renda.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado, entendo perfeitamente a sua indignação, porque nós, na região dos Campos Gerais, também passamos por problemas gravíssimos na área de saúde. Sempre acreditei que a palavra empenhada por pessoas de valor tem muito poder e conseqüências.

No ano passado, o Secretário de Saúde nos prometeu quinze leitos de UTI em Ponta Grossa. Foi manchete em todos os principais jornais da região dos Campos Gerais e infelizmente estamos ainda aguardando. Não sei até quando vamos ter que aguardar. Então, peço apartando, providências imediatas com relação aos problemas que passamos na região dos Campos Gerais, principalmente na Cidade de Ponta Grossa, nos hospitais, como a Santa Casa e o Bom Jesus, com relação aos leitos de UTI. V. Exa. está coberto de razão.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado Marcelo Rangel. Lembrando que V. Exa. não vê um rico em uma porta de

um posto de saúde, às cinco horas da manhã, implorando para que ele seja atendido. Quem está ali é o povo que precisa mesmo, que não tem condições de pagar um plano de saúde.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Antonio Belinati, a questão da UTI, não é de agora que falta no Paraná. Tivemos nos últimos anos a falta de leitos de UTI. Nos anos do governo Jaime Lerner não foi construído e credenciado nenhum leito de UTI, em Ponta Grossa.

O Deputado Marcelo Rangel falou, agora, em UTI. O dinheiro que o Governo do Estado, nos oito anos passados, Deputado Belinati, gastou em publicidade, daria para ter colocado nas UTIs, que o Deputado Marcelo Rangel reclama agora. Só uma rádio comprada em Ponta Grossa custou trezentos mil reais, paga com dinheiro público - disse isso diante de um juiz e de um promotor.

Estive no Hospital Regional de Ponta Grossa, hoje, que está sendo construído. A obra dos sonhos, que nenhum Governo construiu. Tínhamos dezessete, hoje, temos quarenta. Acho pouco ainda e temos que aumentar mais. Tenho cobrado isso, aqui, inclusive, do próprio Secretário do Governador. Temos duas UTIs móveis, que antes não existiam. Aumentou em Telêmaco Borba e em Castro, que não tinham leitos de UTI. Quando V. Exa. passar em Ponta Grossa vai nos ver realizando o sonho que V. Exa. tem, que é o Hospital Regional de Londrina, de Maringá, de Cascavel, e nós vamos receber agora.

O Governo Região não está 100%, mas melhorou e colocou mais recursos do que o Lerner colocou em oito anos na Saúde de Ponta Grossa.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Peço, por gentileza, que V. Exa. conclua.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Dizer que não estamos aqui para fazer crítica a esse ou àquele Governador. Estamos aqui para fazer crítica à saúde pública do Paraná e do Brasil. Porque a saúde está na UTI, em estado de coma e quem está pagando caro por esse desleixo, por esse problema na área da saúde, volto a repetir, Sr. Presidente, nobres colegas, é a população de baixa renda. Lamento, profundamente, o que está acontecendo na Cidade de Londrina.

Esperamos que esse e tantos outros problemas da área de Saúde sejam corrigidos o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PSB/PL/PRB/PV.

Concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fomos muito criticados pela convocação extraordinária, na legislatura anterior, no mês de janeiro. A imprensa criticou o recebimento da convocação, que é regimental e constitucional. Fomos criticados, porém não se deu ênfase àquilo que votamos, aqui.

Dentre os projetos que votamos, havia uma mensagem do Governador, se não me falha a memória, nº 567, que se transformou em lei. Fomos Relator dessa mensagem, na Comissão de Constituição e Justiça. Essa lei foi publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 12 de fevereiro, que assegurava à Secretaria da Fazenda a competência para cancelar os créditos tributários, que foram inscritos ou não em dívida ativa, referentes a uma ação e a uma sentença do Supremo Tribunal Federal, cobrando retroativamente de algumas indústrias do Paraná o ICMS, que algumas leis aprovadas por esta Casa beneficiaram a economia e o desenvolvimento do Estado do Paraná, tanto no Governo Requião, quanto no Governo Jaime Lerner. Mas, acima disso tivemos - e aqui quero fazer um apelo ao Líder do Governo, porque temos muitas leis que são aprovadas nesta Casa e essas leis não são devidamente divulgadas, quer seja pela imprensa, quer seja pelo órgão de comunicação do Governo do Estado, quer seja até mesmo por nós Deputados, pela Assembléia Legislativa.

Então, quero fazer um apelo ao Líder do Governo, para que o Governo peça providências urgentes para que a Secretaria da Fazenda regulamente essa Lei nº 15.467, porque essa lei diz respeito diretamente ao desenvolvimento da economia do Paraná e não só a Foz do Iguaçu. Essa lei contempla os importadores do Paraná e os que podem vir ao Paraná, que terão o mesmo benefício de recolher no ato da importação 3%, como já é no Porto de Antonina, que é privado, e no Porto de Paranaguá, que é público. Ocorre que muitos importadores, principalmente de gêneros alimentícios estabelecidos em São Paulo, eles têm utilizado a importação via Porto de Santos e nós, com esse benefício dessa lei que reduz para 3% também as importações ocorridas em território paranaense por via rodoviária - diga-se de passagem que não é Foz do Iguaçu, mas temos Guaíra, temos Barracão também - com esse benefício de 3%, poderemos atrair também importadores de outros Estados para o Paraná, como Santa Catarina fez e roubou muitos importadores do Estado do Paraná.

É um outro apelo que faço ao Líder do Governo, é para que solicite ao Governador que renove o mais rapidamente possível o benefício que também não é divulgado e aqui faço um apelo principalmente à imprensa, que 90% dos benefícios não sabem desse benefício. No Estado do Paraná, devidamente autorizado pelo CONFAZ, o deficiente físico, o paraplégico e o portador de

deficiência têm o benefício da isenção do ICMS e inclusive o Deputado Augustinho Zucchi apresentou um projeto no ano passado, esse projeto não passou na Comissão de Constituição e Justiça, porém esse benefício terminou no dia 31 de dezembro do ano passado - valia de 2004 até 31 de dezembro de 2006 e está na mesa do Governador para renovar esse benefício.

Então, faço um apelo ao Líder do Governo, para que o Governador renove esse benefício que já está autorizado pelo CONFAZ porque o deficiente físico não utiliza o carro como um objeto de luxo, como a maioria das pessoas que têm carro, porque para ele muitas vezes esse carro são suas pernas, é o seu instrumento de trabalho. E peço mais uma vez à imprensa, que se puder, divulgue que no Paraná existem esses benefícios: o da isenção do IPVA para qualquer tipo de deficiente e; da isenção de ICMS para adquirir um veículo novo até 127hp, o que dá mais ou menos carros até um mil e quinhentas cilindradas. Esse benefício significa 18% de redução no preço de um carro novo para o portador de deficiência, porém ninguém sabe, nem o próprio Governo e nem as próprias APAEs muitas vezes, mas é um benefício que está lá na gaveta e é preciso que se divulgue. E também quero pedir aos Deputados que levem para as suas bases de atuação, principalmente para as APAEs, que existe esse benefício, hoje, no Paraná. Provavelmente o Governador vai renovar, pois já está em sua mesa esse benefício, o que é muito benefício para quem já tem uma alta carga de discriminação perante a sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em nome da Bancada do PDT nós damos boas-vindas aos companheiros e companheiras que chegam aqui nesta legislatura.

Estou apresentando, Sr. Presidente, um requerimento nesta tarde na Assembléia Legislativa, e eu gostaria de pedir a aprovação dos Srs. Deputados.

No dia 30 de janeiro, na coluna do Jornalista Celso Nascimento, da Gazeta do Povo, com o título -Uma questão de saneamento 1 - o tempo passa, o tempo voa e os indícios de superfaturamento em obras de saneamento no litoral do Paraná continuam numa boa. Quando a SANEPAR der por concluída a implantação do sistema de esgotos em cinco Municípios do Litoral do Paraná, ela terá pago à empreiteira PAVIBRAS, o dobro do valor contratado em 2002 e outro bom tanto para outras empresas chamadas às pressas para fazer o que a primeira não fez. As obras estão incluídas no programa PARANASAN,

financiado com recursos do Governo japonês. São estações de tratamento e redes de coleta de esgoto em Guaratuba, Cidade de V. Exa. também, Matinhos, Pontal do Sul, Guaraqueçaba e Morretes. Em nenhum desses locais ficaram prontas. Em abril de 2002, ainda no Governo Lerner, a PAVIBRAS ganhou licitação de 69 milhões para realizar as obras, prometendo entregá-las em seiscentos dias. A SANEPAR, no entanto, pagou outros sessenta milhões suplementares, a título de reequilíbrio econômico-financeiro de reajustes. Tanta generosidade com o dinheiro do contribuinte não foi suficiente para evitar o atraso de 1.300 dias e nem mesmo para a conclusão da obra. Por isso a estatal foi forçada, há poucos dias, a afastar de vez a PAVIBRAS e a contratar, sem licitação, duas outras empreiteiras para cumprir a penúltima etapa dos serviços em Matinhos e Pontal, para as quais pagará mais dez milhões de reais. Na época da assinatura do contrato, em 2002, já existiam indícios de que empreiteira não teria condições de cumprí-lo pelo preço que ofertou. Dito e feito, logo depois começou a pleitear dinheiro extra. E conseguiu. A atual diretoria da SANEPAR, em sucessivas decisões, liberou 41 bilhões adicionais a pretexto de reequilíbrio financeiro e outros quase vinte milhões por conta de reajustes, índices de correção inflacionária, ao mesmo tempo em que consentiu em adiamentos de entrega.

Enquanto tudo isto acontece, o IAP diz que o esgoto lançado diretamente nas praias torna 70% delas impróprias para banho.

(Lê:)

“Uma questão de saneamento 2

O Governador Roberto Requião tomou conhecimento dos problemas nas obras de saneamento no litoral. Recebeu relatórios e até levantou suspeitas de desvio de verba. O Tribunal de Contas do Estado também registrou, em parecer solicitado pelo Governo, haver indícios de irregularidades. Três gerentes da SANEPAR responsáveis pelo acompanhamento das obras foram afastados - mas em seguida alocados na assessoria direta do Presidente da empresa, Stênio Jacob. As irregularidades, no entanto, permaneceram.

Um dos episódios mais interessantes da generosidade da SANEPAR para com a PAVIBRAS deu-se às vésperas do Natal de 2004. Sem o conhecimento prévio do Conselho de Administração quanto aos valores, a diretoria aprovou e liberou nada menos que R\$ 25 milhões suplementares, a título de “reequilíbrio financeiro”, já no dia seguinte ao do pedido encaminhado pela empreiteira.

Olho Vivo

Cronologia

A cronologia do aporte extra de R\$ 41 milhões para a PAVIBRAS foi relatada num polêmico voto do conselheiro Pedro Henrique Xavier apresentado em reunião do Conselho de Administração da SANEPAR em março de 2006. Segundo ele, R\$ 5,9 milhões foram liberados em maio de 2004; em dezembro do mesmo ano,

mais R\$ 25 milhões; e em fevereiro de 2006, outros R\$ 10 milhões.

Somados, esses valores perfazem R\$ 41 milhões. Fora os concedidos a título de reajuste.

Orgulho

O conselheiro encerrou seu voto com esta frase:

“E a SANEPAR, que nos orgulhamos em dizer que nosso governo devolveu ao povo paranaense, foi sangrada em R\$ 41.000.000,00.”

“Mãos Limpas” 1

Em março de 2006, em reunião da comissão conhecida como “Mãos Limpas”, o Governador Roberto Requião teria dado sua opinião sobre os reajustes concedidos à PAVIBRAS: seriam fruto de um acordo entre a empreiteira e o PT, pelo qual a campanha do então candidato do Partido à Prefeitura de Curitiba, Ângelo Vanhoni, receberia uma doação de R\$ 5 milhões. Reunião teria dito que diante da suspeita, havia proibido a diretoria da SANEPAR de fazer novos repasses suplementares.

“Mãos Limpas” 2

Dias depois dessa reunião do “Mãos Limpas”, o líder da oposição na Assembleia, Deputado Valdir Rossoni, pediu explicações, mas não obteve resposta.

Confirmados

Apesar disso tudo, o Presidente da SANEPAR, Stênio Jacob, e todos os demais membros da diretoria festejam sua confirmação, pelo governador, para mais um mandato. Não se tem notícia de instauração de procedimentos administrativos ou judiciais para apurar os fatos e punir os responsáveis - muito embora tanto auditorias internas no PARANASAN, membros do Conselho de Administração da SANEPAR e o Ministério Público tenham alertado sobre os problemas.”

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente a SANEPAR e ao Conselho de Administração da SANEPAR, solicitando remessa a esta Casa, da cópia da Ata e do voto do Conselheiro Pedro Henrique Xavier, apresentando em reunião do Conselho em março de 2006, onde se decidiu pelo aporte extra de R\$ 41 milhões para a PAVIBRAS.

Sala das Sessões, em 06.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento público a existência dessa reunião onde houve liberação do pagamento de recursos extras efetuados a PAVIBRAS pelas obras de saneamento no Litoral do nosso Estado. A Gazeta do Povo, na terça-feira, 30 de janeiro de 2007, em sua página 07, na coluna do respeitável jornalista Celso Nascimento, ofereceu esta denúncia, inclusive relatando as providências que o Governador Roberto Requião ficou de tomar, após uma reunião da comissão conhecida como “Mãos Lim-

pas”, realizada no mesmo mês, março de 2006, e que até a presente data, nada foi feito. Para bem justificar este requerimento, anexo a cópia da matéria veiculada na Gazeta do Povo. Assim sendo, face à importância da matéria, peço o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis, que tem a função de fiscalizar os atos do Executivo, seu voto favorável à aprovação deste requerimento.”

Esta é a cópia do requerimento que apresentamos para que haja bastante transparência, não estamos pedindo muito, não, não estamos pedindo nada de extraordinário, estamos pedindo apenas o voto do Conselheiro Pedro Henrique Xavier, só o voto dele.

Com certeza, Deputado Romanelli, o Governo, através da SANEPAR não vai se negar a apresentar a Ata, o voto desse Conselheiro, até porque todos nós, não só da Oposição mas do Governo, todos nós pretendemos esclarecer essa questão da PAVIBRAS, a questão da SANEPAR.

Tenho conversado inclusive com os Deputados do próprio Governo que estão interessados em ver tudo isto esclarecido.

Estamos aqui fazendo nosso papel de fiscalização e acima de tudo de ajuda ao próprio Governo atual e de transparência do Poder Executivo!

Esse é um dos papéis desta Casa, esse é um dos papéis deste Legislativo e é uma de nossas prerrogativas!

Para encerrar, Sr. Presidente, queria dizer para os nobres Deputados e Deputadas desta Casa, que tivemos aqui uma renovação bastante grande, Deputado Cheida, e alguns colegas que não voltaram a esta Casa, e encontrei com dois deles recentemente, e eles me disseram: “nós não sabíamos as prerrogativas que nós tínhamos, agora que fomos ler a Constituição do Estado, agora que fomos ler o Regimento Interno desta Casa.” É uma das nossas prerrogativas e com certeza o povo do Paraná espera, que esse pedido não seja negado a esta Casa. Queremos apenas a Ata onde consta o voto do Conselheiro Pedro Henrique Xavier.

Muito Obrigado, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria, neste meu pronunciamento, hoje, ter a ênfase e a capacidade, Deputado Belinati, de ser ouvido por todos os Parlamentares, mesmo despretensiosamente, mesmo por aqueles que estão distantes daqui por compromissos. Por que razão? Teremos a primeira reunião, Presidente Nelson Justus, dos Deputados de Oposição. Não sabemos, Presidente Nelson Justus, brincava com a

imprensa se nos reunimos no Teatro Guaíra, se nos reunimos no Plenarinho, ou nos reunimos na sala ao lado do Plenário. Achamos por bem, Deputado Belinati, pelas conversas que temos tido, fazermos essa reunião, com a aquiescência do nosso Presidente Nelson Justus, na sala ao lado no Plenário, para que os Deputados participem dessa primeira reunião deste período legislativo que se inicia.

E pensava há pouco o que diria aos Parlamentares para que participem dessa reunião. Quero primeiro me reportar aqui aos Deputados que têm a intenção e a vontade de serem independentes nesta Casa. Quero convidá-los para participar da nossa reunião. Teremos hoje essa reunião para estabelecermos uma linha de atuação não apenas da Oposição, mas para quem quer construir um Paraná melhor. Queremos dar a nossa contribuição, queremos participar do Governo deste Estado, queremos mostrar os erros e que esses erros sejam corrigidos. Ouvi há pouco o pronunciamento do Deputado Belinati, que falava da saúde. Nós que corremos este Estado e que as pessoas vêm na pessoa do Deputado Rossoni um opositor, V. Exa. não imagina a quantidade de reclamações e de informações que recebemos desse Governo. Ontem, aqui, neste Plenário, aconteceu comigo o inusitado, saiu nos jornais que o Governo está recolhendo não sei quantos carros alugados. Só falta colocar a culpa em alguém, porque esses carros estão alugados pelo Governo anterior, porque, Deputado Romanelli, é verdade. Só que quem governou o Paraná nos últimos quatro anos e em quatro anos não deu tempo de romper esse contrato e comprar carros novos para a polícia, não é nos próximos quatro anos que vai acontecer. E outra questão é irresponsabilidade retirar os carros que estão trabalhando, porque recebemos informações que retiraram os carros e não tem carros para substituí-los. Aí ouço há pouco, aqui, o pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Martins pedindo informações da questão PAVIBRAS. Esta questão PAVIBRAS faz muito tempo que está na berlinda, que está na crista da onda e eu nunca vi o Líder do Governo subir naquela tribuna e dizer “estão aqui as explicações transparentes da questão da PAVIBRAS.”

Por isso, quero fazer um convite especial aos Deputados que desejam contribuir, que não são Governo, os independentes, os opositores, aqueles que estão chegando e que ainda não definiram a sua linha de atuação, podem ter certeza que não há compromisso para quem for a essa reunião. O compromisso é com o Paraná. Tenho visto algumas declarações que Deputados querem votar em projetos do Governo. Os projetos que são bons para o Governo, nós queremos ser favoráveis. Eu quero dizer que talvez eu seja um dos Deputados que marca mais a posição de Oposição, mas muitas vezes nesta Casa, votei com o Governo. Nem por isso precisei me prostituir politicamente por votar com o Governo, porque se o projeto é bom para o Paraná, é bom para a Oposição. Se o projeto é bom para o Paraná, é bom para os Deputados independentes. Se o projeto é bom, é bom para os Deputados do Governo. Agora, o que me parece é que o

poder do Governo é tão grande, que, se nós não fizermos um apelo hoje aqui, amanhã, eu tenho certeza absoluta, ou daqui a seis meses, Deputados que hoje não forem à reunião, estarão arrependidos. Eu não tenho dúvida que este Governo começa mal o seu segundo mandato. Este Governo começa de uma forma atabalhoada, de uma forma sem disciplina. Você vê Secretário brigando com Secretário, Secretário acusando Secretário. Você vê, na terça-feira, e fica perguntando quem será a próxima vítima? Nós estaremos aqui dizendo o quê? Amém? Parabéns? Ontem aqui houve um cochilo e foi aprovado um requerimento da questão Hugo Chávez. Nós temos que ter um pouco de cuidado aqui nesta Casa, porque se nós nos tornarmos unanimidade de Governo, não há mais necessidade de ter o Poder Legislativo. Hoje tem um projeto na Comissão de Constituição e Justiça que demonstra o desprezo que o Governador tem por esta Casa ou por seus assessores, que não levam a informação ao Governador. Hoje tem um projeto na CCJ, completamente inconstitucional, mas como ele menospreza esta Casa, ele manda um projeto para cá, dizendo para remanejar os cargos do Governo. Se ele quiser tirar os cargos do Governo, se ele quiser tirar um cargo em Comissão da Secretaria de Segurança e colocar na Saúde, ele quer fazer por decreto. Está na Constituição Federal que só se cria cargo, só se extingue cargo, só se remaneja cargo, através de lei específica. Vem aqui um pedido do Governador, através de um projeto de lei, autorizado pelo Poder Executivo, para que nós autorizemos o Governo para fazer isso por decreto. Por isso, eu tenho a preocupação, o Governo sem Oposição, certamente é um Governo que não vai dar certo. Um Governo com a Oposição enfraquecida, tem grande possibilidade de o Governo não dar certo. O Governo, com a Oposição forte, firme, coesa, determinada a fiscalizar, é quase certeza que este Governo poderá trilhar um caminho certo.

Por esta razão, faço um convite a todos os Parlamentares. Participem da reunião das Oposições, hoje. Vamos traçar um caminho, vamos buscar a verdade, vamos fiscalizar.

Eu cito outro exemplo, Sr. Presidente, e encerro aqui o meu pronunciamento. Há aproximadamente dois anos atrás, Deputado Durval Amaral, esteve no Paraná o Presidente da República para inaugurar uma obra: o LACEN. Falaram para a Oposição que os móveis e os equipamentos que estavam no LACEN eram alugados apenas para a inauguração.

Nós não acreditamos, porque o Presidente da República, o Governador não podem se prestar a isso. O que aconteceu agora? Está lá o LACEN, fechado. Às vezes, dão uma roçadinha no capim. Aí eu pergunto: será que não temos que fortalecer essa Oposição? Será que não temos que fazer uma Comissão e ir visitar o LACEN, para ver o que foi inaugurado há dois anos atrás? Será que não temos que visitar os Distritos Policiais que estão lotados? Porque autorizamos aqui a criação de cargos, sem o término das penitenciárias.

Por esta razão, se o Presidente me permitir, eu tenho a honra e a satisfação, pela primeira vez, de ouvir num debate o Líder do Governo, o qual eu prezo e respeito. Espero que o seu espírito democrático contribua para que a Oposição possa dar a sua parcela de contribuição, para que esse Governo encontre o caminho certo. E vamos esquecer, porque ódio não constrói, o ódio destrói.

Com a palavra V. Exa. o Líder do Governo, Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

Obrigado, prezado Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição. V. Exa., claro, faz um pout pourri de críticas, de opiniões acerca do nosso Governo.

Quero dizer a V. Exa. que até louvo chamar à responsabilidade os Deputados que compõem a Bancada da Oposição nesta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não. Sr. Presidente, eu não vou dar mais o aparte ao Deputado Romanelli, porque ele não vai colocar em minha boca o que eu não disse.

Eu não estou aqui para chamar à atenção de Deputados, porque me considero um Deputado igual aos outros Parlamentares. Então, numa outra oportunidade, Deputado Romanelli, nós travaremos esse debate. Mas, V. Exa. terá todo o meu respeito aqui, mas não vai me induzir a querer que eu agrida os meus companheiros. Jamais agredirei um Deputado do Governo, imagine um Deputado valoroso da Oposição.

Então, V. Exa. que começa o exercício da Liderança do Governo, terá um Líder escolhido hoje, da Oposição. E pode ter certeza: qual de nós for escolhido V. Exa. terá o nosso respeito, mas não procure através da sua inteligência, da sua competência colocar na boca do Líder da Oposição o que ele não disse. Se há uma coisa que eu prezo e luto é pelo direito da palavra. Se há uma coisa que eu luto e prezo é pelo respeito aos companheiros e aos adversários, mas jamais, jamais mudar de posição.

Coerência faz parte da minha história e da minha vida. Não tenho tempo suficiente para travarmos esse debate tão necessário, porque V. Exa. tem muito a falar como Líder do Governo, tem mil explicações de questões que nós vamos questioná-lo a partir de amanhã.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Queria dizer aos Deputados e ao Deputado Valdir Rossoni, que louvo que V. Exa. conclame aos Par-

lamentares que compõem a Bancada de Oposição nesta Casa para que possa discutir, sim, uma Oposição ao Governo e não ao Estado do Paraná. Porque acima das nossas divergências políticas, partidárias, está o interesse supremo dessa população que precisa ter um Governo, um Governo bom com boas políticas públicas e que possam efetivamente modificar de uma forma decisiva a profunda desigualdade havida em nosso País e no nosso Estado.

Por isso, penso que as críticas que a Oposição faz, sempre são muito oportunas no processo democrático. Sempre tenho dito, principalmente para a imprensa quando questiona o trabalho desta Casa, tenho dito que o trabalho desta Casa se faz das Comissões, se faz no processo legislativo e se faz fundamentalmente no debate entre Situação e Oposição e no aprofundamento das discussões das políticas públicas que devem ser implementadas em nosso Estado.

Por isso, quero dizer que nosso desafio é muito mais amplo, transcende a nossa condição de pertencermos a uma estrutura político-partidária. Quando fomos eleitos, fomos eleitos pela população que nos deu uma tarefa de poder, de fato, exercer com dignidade, mas, sobretudo, com grande responsabilidade, para que pudéssemos superar os grandes desafios.

Por isso quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como Líder do Governo, dizer que essas críticas, esses questionamentos, devem ser feitos e nós temos a obrigação de responder cada um dos temas, Deputado Luiz Carlos Martins. Eu certamente liguei, enquanto V. Exa. falava ao Presidente da SANEPAR, quero saber, ficou de ver e vou pedir para discutir o seu requerimento amanhã, quero ver se já temos esses documentos, se existem mesmo para serem publicados. O que me parece é que esta Casa não pode ser pautada Deputado Jocelito, Deputado Rossoni, Luiz Carlos Martins, pela coluna do jornalista Celso Nascimento. Ele é um jornalista antigo, exerce naquele espaço que já foi do jornalista Fábio Campana durante muitos anos, mas essa Casa não pode ser pautada pela coluna desse jornalista no jornal Gazeta do Povo.

Temos que aprofundar as discussões dos temas, mas a partir de discussão extremamente responsável e não de uma coluna de um jornal que faz ilações, e a maior parte dessas ilações absolutamente desconectadas com a realidade. E tenho convicção que tem muita coisa para ser feita. Nós temos dois meses de um Governo e um novo mandato de quatro anos numa grande responsabilidade de continuar aquelas boas políticas públicas e é claro, Governo que é bom, se renova, reformata, reformula políticas e avança, como temos conseguido avançar. Por isso, tenho certeza absoluta que temos grandes desafios pela frente. E esta Casa certamente saberá responder a estes avisos.

Concedo aparte ao nosso querido ex-Líder do Governo, nosso grande companheiro, o Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Romanelli. Este tema que propõe o Deputado Rossoni, eu lamento, porque teríamos que ter um espaço de tempo maior e não estes dez minutos que ocupa a Liderança do Governo, para poder-mos nos aprofundar no debate.

Mas, quero dizer, primeiro, que sempre defendi nesta Casa, com todo respeito que tenho pelo Deputado Rossoni, que é um grande defensor, um grande Líder, na verdade, preparadíssimo, eu sempre disse da importância que tem a Oposição, em qualquer regime democrático, seja aqui do Brasil ou de onde for. É importantíssimo e isto dá equilíbrio de poder. Acho que ele está certo quando faz as críticas que têm que ser feitas, como no caso da SANEPAR. Tudo isto eu acho justo. Está no seu papel e nós respeitamos.

Temos que respeitar a Oposição na Casa, claro, nós do Governo. Mas, também temos que fazer nossas observações quando há exagero. E exagero, para mim, V. Exa. comete neste momento: dizer que o Governo tem que encontrar o caminho! Espera aí, nobre Deputado, me desculpe, eu não posso ficar calado diante disso. Olhando um pouco para trás - eu não tenho tempo e não vou fazer isso agora, nesta Sessão, discorrer sobre o que houve para trás, do que houve no Governo anterior - comparar e dizer que tem que encontrar o caminho! Me desculpe, não posso ficar quieto, de sã consciência, com todo o respeito que tenho por V. Exa.

E digo mais: V. Exa. é, disparado, um dos mais preparados. Porque pegar um tema como este, V. Exa. tem condições de tanto levar para um lado como para outro, com muita competência. E a Oposição está no seu papel. É isso mesmo. Agora, eu que conheço de Governo, já fui Vereador, Prefeito, Deputado e voltei novamente, não posso ficar em silêncio quando V. Exa. diz que tem que encontrar o caminho. E os caminhos anteriores?

É neste raciocínio que eu queria propor um tempo maior para abirmos o debate, nesta Casa. Daqui uns dias vem a televisão para cá e eu jamais vou ficar calado diante daquilo que eu acho que é injusto. Se nós formos levantar os investimentos que este Governo já fez no Paraná, que corrigiu as injustiças do passado, acho que este Governo já encontrou seu caminho. Não precisa encontrar mais.

Queria agradecer, V. Exa. é um Deputado combativo, tem todo o meu respeito e minha admiração. Acho que V. Exa. é importante nesta Casa, mas eu jamais vou deixar de discordar quando eu achar que exagerou.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço ao Deputado Dobrandino. Vou encerrar, porque o Deputado Kielse...

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)(Aparte)

Eu abro mão dos dois minutos e transfiro para amanhã, porque seria somente dar o prazo, porque este

ano temos inauguração de oito penitenciárias no Estado, estamos com uma lista e iríamos apresentar os valores e também os valores dos investimentos na área ambiental. Ministério da Agricultura, eu transfiro para amanhã.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Ok. Creio que temos uma agenda positiva e esta Casa tem que discutir esta agenda. Se nós tivéssemos, pelos pronunciamentos do Deputado Valdir Rossoni, da forma como ele fala - apocalíptica - certamente pareceria que estaríamos vivendo aqueles piores momentos do Governo Jaime Lerner, quando V. Exa. foi Líder do Governo nesta Casa.

Quero dizer a V. Exa. que este debate que queremos travar, aqui, é um debate de altíssimo nível, como aliás sempre fizemos, da forma mais respeitosa possível, mas penso que temos que aprofundar a questão, fundamentalmente. Claro que temos que olhar o passado! O passado nos serve de referência e é importante. Mas, fundamentalmente, temos que trabalhar com o que temos de orçamento para 2007, do que temos no Plano Plurianual dos grandes desafios que temos e, principalmente, para superar a profunda desigualdade social que, também, é importante do ponto de vista de desigualdade regional, de regiões pobres e de regiões ricas. Temos grandes desafios.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, na verdade, meu aparte vem enriquecer esse brilhante debate que é travado com esses dois Parlamentares. No passado, já tivemos uma experiência onde o Deputado Valdir Rossoni fazia parte da Bancada do Governo e V. Exa., brilhantemente, fazia parte da Bancada da Oposição, à qual eu me somava, na época.

Quero dizer que estou extremamente satisfeito e feliz porque vejo que os anos vão passando e a polidez e o respeito desses grandes debatedores continua. Eles que, no passado, foram quase às vias de fato, lembro-me muito bem, hoje, com a elegância da argumentação enriquecida por esses dois Parlamentares, tenho certeza absoluta, que esse debate vai enriquecer muito a nossa presença, aqui, nesta Casa, valorizando este debate.

Claro que os Parlamentares que dão sustentação ao Governo têm o seu papel a cumprir e claro que temos que ter lideranças lúcidas que possam mostrar possíveis erros do Governo. Não é para destruir o Governo, mas é para melhorar o caminho do Governo e a discussão. Tenho certeza que a Bancada sensível que dá sustentação ao Governo haverá de ouvir os lamentos e aquilo que vai apontar a Oposição. Vivemos numa Casa democrática e espero que este debate possa continuar no dia-a-dia, mantendo esse grande respeito.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Estou encerrando, Sr. Presidente, apenas agradecendo o aparte com a costumeira cordialidade do querido ex-Prefeito e Deputado Edgar Bueno.

Quero dizer que podemos inaugurar um tempo de debate diferente. Podíamos, talvez, fazer como nos regimes parlamentares, como na Câmara dos Comuns, na Inglaterra, onde a Oposição e a Situação, nas quintas-feiras, tematicamente discutem as políticas públicas. Talvez, nós pudéssemos enriquecer o nosso debate, estabelecendo previamente uma pauta de discussão, num determinado dia da semana, nos preparando para que pudéssemos travar um profundo debate sobre determinado tema que seja importante, central na discussão das políticas públicas no Estado.

O que pretendemos é qualificar o debate, a discussão, porque democracia é pluralidade de opinião, é liberdade de expressão, é respeito à opinião daquele que diverge do seu ponto de vista. Acho que é isso que enriquece o Parlamento, a partir do debate entre pessoas civilizadas e do bem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para que V. Exa. determinasse o registro nos Anais desta Casa, da presença do Presidente da Câmara Municipal de Cambé, Vereador Luiz Visiline; dos Srs. Dr. Alceu Vesoque, Davi Maireno e Valter Risiê.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Também aproveitando, quero registrar a presença do Prefeito de Araruna, Fabiano Antoniassi; do Prefeito de Mato Rico, Nilson Padilha; e do Vereador Mamede, que estão prestigiando esta Casa e fazendo parcerias com o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente anotado. Sejam bem-vindos a Casa! De igual maneira, o Prefeito José Antônio Gargantini, de Mandaguçu, que se encontra presente nesta Sessão.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 046/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Legislativas de hoje - 06.03.07 - até segunda-feira - dia 12.03.07 por estar se recuperando de uma intervenção cirúrgica. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, designando o Sr. Deputado Ribas Carli Filho, para representar esta Casa de Leis na Reunião Extraordinária da União de Parlamentares do MERCOSUL nos dias 07, 08, 09 e 10 de março de 2007, na Cidade de Córdoba-Argentina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Reni Pereira, para representar esta Casa de Leis nos dias 07, 08, 09 e 10 de março, para tratar de assuntos da Reforma Tributária e da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando os Srs. Deputados Artagão Júnior, Edson Strapasson e Jocelito Canto para representar esta Casa de Leis na Reunião Ordinária da União dos Parlamentares do MERCOSUL - UPM, nos dias 08, 09 e 10 de março de 2007, na Cidade de Córdoba, República Argentina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/ Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução Nº 03/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera dispositivo do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (artigo 30).

Encaminha-se o projeto para a Comissão Executiva, para parecer.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 93/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 501/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação ao artigo 9º, da Lei Estadual nº 7257, de 30 de novembro de 1979. (Legislação Tributária - Isenção Taxa Segurança). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 325/06

Curitiba, 12 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 316/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 501/05, tendo em vista que, ensejando renúncia de receita, desobedece a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, sendo, portanto, inconstitucional por ferir o artigo 163, da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 501/05, encontra-se publicado no DA nº 114, de 19/10/06, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 93/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 501/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, foi aprovado nesta Casa de Leis no dia 17 de outubro de 2006 e encaminhado à sanção.

O Sr. Governador vetou integralmente o projeto de lei, usando de suas prerrogativas constitucionais, e através do Ofício CTL/SEEG 325/06, de 12 de dezembro de 2006, no qual externou as razões do veto, devolveu o autógrafo obedecendo o prazo estipulado no artigo 71 da Magna Carta Constitucional.

Cumpridos os ditames constitucionais e regimentais a presente proposição de veto está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em Plenário, segundo o rito especial estabelecido no artigo 213 do Regimento Interno desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, o veto aposto pelo Governador Roberto Requião está absolutamente amparado, porque ele fere o projeto, a Lei Complementar Estadual nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, o projeto é inconstitucional. Por isso, embora o tema tenha no seu mérito uma questão relevante, mas tem um vício insanável por conta justamente da origem.

Por isso que orientamos aos Srs. e Sras. Deputadas que compõem a Bancada que dá sustentação ao Governo, que possam manter o presente veto aposto pelo Governador, votando SIM ao veto.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, não tem como fazer um requerimento para votar em bloco os três vetos? Seria possível?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Meu caro Deputado Dobrandino, nós já estamos em regime de votação. O Deputado Romanelli já encaminhou e o Deputado Valdir Rossoni também irá encaminhar.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

E os outros dois, podemos votar em bloco?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ah, sim, pedindo os outros dois, podemos votar em bloco.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, veja o que está acontecendo neste momento. Se eu tivesse autoridade, também indicaria a votação favorável ao veto. Estamos votando com o veto do Governador. Por quê? Porque é inconstitucional. Por que estou encaminhando, sendo até repetitivo ao posicionamento do Líder do Governo? Para demonstrar que nós estamos aqui para fazer o certo.

E quero aproveitar o meu encaminhamento para votarmos favorável ao veto para reconhecer, e talvez tenha cometido uma injustiça daquela tribuna, reconhecer a postura que teve o Deputado Dobrandino quando Líder

do Governo. Sempre mantivemos um alto nível, sempre procuramos o entendimento para o bom funcionamento desta Casa, e talvez pela vontade que eu tinha, Deputado Romanelli, de convencer os Deputados para fazerem parte deste grupo de Oposição, eu tenha esquecido da competência, da forma cordial com que o Deputado Dobrandino exerceu a Liderança do Governo.

Votarei favorável ao veto, mas quero dizer aqui a todos aqueles que discordam, às vezes, do meu posicionamento. Posso até não gostar, Deputado Romanelli, mas lutarei até a morte para que V. Exas. tenham o direito de discordar.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Todo mundo está encaminhando a favor. Eu vou encaminhar pela derrubada do veto, tendo em vista que me parece que os três incisos do artigo 9º, a que o ex-Deputado Ailton Araújo queria isentar da taxa de segurança, já são isentos. O 4º item, que era em relação aos clubes da 3ª idade, desde que possuam declaração de Utilidade Pública, é bom salientar que para possuir declaração de Utilidade Pública, não pode ter fins lucrativos, a arrecadação é irrisória e o impacto financeiro mais ainda. Por isso, vamos encaminhar os nossos companheiros do bloco e todos os Parlamentares, independente de ser Situação ou Oposição, para que derrubemos esse veto, porque os três primeiros itens são isentos. E o 4º, o impacto financeiro é irrisório nas finanças do Estado, principalmente, nas taxas de segurança.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados. Lembrando que o voto SIM, é favorável ao veto. E, NÃO, favorável ao projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)

(Procede à chamada nominal para a votação)

Quarenta e quatro Deputados votaram.

Tivemos trinta e um SIM, doze NÃO e uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está mantido o veto.

A Mesa consulta os Srs. Deputados, porque temos mais dois itens a serem votados, que são dois vetos. Em que pese não sejam de matérias semelhantes, há sobre a mesa Requerimento para votação em bloco dos dois itens. Portanto, esta Presidência coloca em votação a apreciação desse requerimento do Deputado Luiz Cláudio Romanelli para a votação em bloco dos dois itens: veto aposto ao projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de imóvel a Associação da Terceira Idade no Município

de Guaíra e; veto ao projeto de autoria do Deputado Ailton Araújo, que proíbe o uso de equipamento sonoro em atos de protesto nas portas de hospitais e escolas, no âmbito do Estado.

Portanto, está em votação o requerimento do Deputado Líder do Governo, Luiz Cláudio Romanelli, para votação em bloco dos dois itens.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa. recomendo aos nossos Deputados e Deputadas que votem o requerimento para votar em bloco. Para ser sincero, Sr. Presidente, não havia requerido, por se tratar de temas diferentes. Agora, nós temos que reconhecer também o seguinte: que esta Casa inovou no momento que extinguiu o voto secreto para votação dos vetos. Reconhecidamente há, me parece oitenta ou noventa vetos que têm que ser apreciados por este Plenário. Por economia processual, me parece razoável que temas, quando você está tratando aqui, sem entrar no mérito, mas já dizendo o seguinte - um dos vetos trata, um projeto que foi vetado porque ele proíbe o que já é proibido. A legislação federal já trata desse tema da poluição sonora, justamente preservando aquilo que está definido neste projeto de lei: proibir o que já é proibido. Então, por óbvio, me parece que é o bom senso.

O segundo se trata de um tema que é alguma coisa que não é do interesse público. Em função, basta ver, Deputado Rossoni, há uma área de 2.554 metros quadrados do DER, do Município de Guaíra, não há fundamentação, eu me informei sobre este tema antes, em relação a esta associação, essa entidade poderia executar um projeto nessa área, mas na verdade é o seguinte: é absolutamente desconectada da realidade.

Então, por isso que o veto foi apostado. A Deputada Elza Correia é uma Deputada valorosa e fez um projeto atendendo um pedido, mas de fato, quando se trata de patrimônio público, nós temos que cuidar e zelar desse patrimônio, Deputado Valdir Rossoni, com muito cuidado, e é por isso que este veto foi apostado e que nós pedimos as Sras. Deputadas e Srs. Deputados a manutenção dos dois vetos. Parece-me que o tema pode ser tratado desta forma, em bloco, se nós entendermos que as matérias ferem ao interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente justificado.

Com a palavra, para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só me causa uma preocupação - nós estamos votando dois assuntos que teremos que dar um voto só - a questão da doação de uma área de terra, um terreno em Guaíra; e a outra, questão sonora. Eu acho que estamos abrindo um precedente aqui que não há como justificar. Eu gostaria de colaborar com a praticidade, com a rapidez, mas eu me posiciono contrário à votação

em bloco, sempre tive esta posição e continuo, desde o dia que foi feito entendimento.

Quero que os Deputados me entendam. Eu gostaria de colaborar, mas não há como, porque amanhã nós teremos dois projetos aqui que - hoje nós temos a presença dos dois Parlamentares - mas amanhã nós poderemos ser vítimas deste acordo.

Então, eu me posiciono contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em discussão o Requerimento nº 250, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente, solicitando que sejam votados os vetos em bloco, itens 03 e 04 da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Deputados que rejeitam o requerimento para votação em bloco, queiram levantar-se.

Doze Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Está aprovado o requerimento.

Vamos efetuar a votação em bloco.

De conformidade com o requerimento acima aprovado.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 11/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 350/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, do imóvel que especifica, à Associação da Terceira Idade do Município de Guaíra. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 353/06

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 342/06, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 350/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado pela própria administração estadual e face inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da iniciativa, tendo em vista que, não tendo sido do Chefe do Poder Executivo, fere os artigos 66 e 87 da Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 350/06 encontra-se publicado no DA nº 073/06, de 20/06/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 11/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 350/06, de autoria da Deputada Elza Correia, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar a cessão do uso de determinado imóvel ao Município de Guaíra.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto(...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 15/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 138/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que proíbe o uso de equipamento sonoro em atos de protesto nas portas dos hospitais e das escolas no âmbito do Estado. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 390/06

Curitiba, 26 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 369/06, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 138/06, por ter sido considerado despiendo e, portanto, contrário ao interesse público, eis que visa proibir o que já é

proibido por legislação federal e também porque é assunto que as autoridades policiais cuidam de maneira efetiva e constante.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 138/06 encontra-se publicado no DA nº 019/06, de 27/03/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 15/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 138/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo proibir o uso de aparelhos sonoros em atos de protestos nas portas dos hospitais e das escolas no âmbito do Estado.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto(...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (Para encaminhar)

Sr. Presidente, eu sei que ficou uma situação muito difícil, porque são dois vetos totalmente distintos. Nós sabemos que - eu já falei ontem, nós vivemos numa federação - uma lei inferior não pode contrapor uma lei superior.

Ora, me parece que o projeto de autoria do nosso companheiro, hoje não mais Deputado, Ailton Araújo, a solicitação dele já está contemplada pela legislação federal e nós estaríamos chovendo no molhado, caso viéssemos fazer uma lei no Estado do Paraná.

Mas, por outro lado, a Deputada Elza Correia apresenta um projeto que visa autorizar o Governo do Estado,

Deputado Romanelli, V. Exa. como Líder do Governo, este veto ao projeto da Deputada Elza Correia autoriza ao Governo a cessão de uso. Ela não determina, ela autoriza. O Governador está autorizado, se ele quer fazer a cessão ele faz, se ele não quiser fazer a cessão ele não faz! Quer dizer, é uma lei que eu acredito que não vem em prejuízo absoluto àquilo que o Governador queira fazer.

Eu estranhei, porque a Deputada Elza solicita a doação de um terreno para o Clube da 3ª Idade de Guaíra e o Governador do Estado do Paraná julga contrário ao interesse público! Ora, eu acho esse contrário ao interesse público, ficou muito mal explicado, mal colocado esse veto. Se o Governador do Estado, Srs. Deputados da base do Governo, tivesse dado a justificativa no veto: “há outros interesses de usar essa área, para outras finalidades”, tudo ok. Mas dizer que é contrário ao interesse público, não posso entender isso! Acho que o Clube da 3ª Idade de Guaíra, no mínimo merece mais respeito!

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhando pela derrubada do veto, sabendo que ele não vai cair.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, aproveitando esse momento de debate acalorado com relação aos vetos eu gostaria de dar uma sugestão: sei, até porque o Regimento Interno estabelece isso, é uma prioridade da Presidência, ela tem autonomia para elencar os assuntos que virão à pauta da Ordem do Dia, mas se pudéssemos fazer, em conjunto, Liderança de Governo e de Oposição com a Presidência, no caso dos vetos, antecipadamente, o acordo, para que não viéssemos aqui no Plenário estabelecer uma discussão que talvez até acabe caindo no vazio.

Era essa a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está aceita.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal para votação dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(Procede à chamada nominal para votação dos Srs. Deputados)

Quarenta e oito Srs. Deputados votaram.

Trinta e três votaram SIM.

Quinze NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Discussão Única (Indicações)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 02/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que indica a criação da Região Metropolitana da Fronteira. **Aprovada. (Publ. no DA nº**

003/07, de 22.02.07, em Indicações).

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 212, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Esse requerimento já está para discussão. Estou encaminhando, creio que o pedido feito pelo Deputado Jocelito...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

O Deputado Romanelli está confundindo o requerimento que V. Exa. está votando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. perdoe-me, mas eu não sei como é que descobriu que o Deputado Romanelli está confundindo o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Ele vai encaminhar outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu não consegui entender ainda.

O requerimento do Deputado Jocelito Canto requer envio de pedido de informação ao Procurador Geral da Justiça, Dr. Milton Riquelme.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Claro que não é. É isso que eu estou dizendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. está com a palavra, Deputado Romanelli, para encaminhar o requerimento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Esse requerimento, embora tenha sido para discutir, penso que, embora a formulação dele não é a melhor, penso que pode ser discutido. O requerimento que queremos discutir é o requerimento do contrato da SANEPAR com a PAVIBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Jocelito Canto, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 213, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., é isso mesmo. Há um pedido de informação, feito pelo Deputado Luiz Carlos Martins, que trata do tema SANEPAR/PAVIBRAS e penso que é um tema que tem que ser aprofundado. Vou pedir para discutir o requerimento depois, mas amanhã estaremos aprovando esse requerimento.

Agora, esse requerimento do Deputado Jocelito, me desculpe, mas a formulação desse requerimento é absolutamente estapafúrdia, porque eu diria que ele fere o nosso Regimento. Um pedido de informação tem que ter um fato determinado e tem que estar fundamentado. Se V. Exa. ler esse requerimento, verificará que serão necessárias três carretas de documentos e uma ampla investigação, que é quase uma CPI em relação a essa empresa, a PAVIBRAS. Se V. Exa. se detiver na leitura desse requerimento, verificará que desde o enunciado, como dizia que foi tirado do jornal Gazeta do Povo, da coluna do Celso Nascimento, e ao mesmo tempo, o contexto, se olharmos as perguntas que são formuladas, são amplas e tão genéricas que para respondê-las serão necessárias três carretas.

O que eu disse ao Deputado Jocelito é que eu gostaria que esse pedido de informação fosse objetivado para que pudessem ser prestados todos os esclarecimentos que são necessários. Agora, da forma como ele está, é tão amplo, tão complexo e, na minha avaliação, quase invalida a resposta dele.

Por isso estamos pedindo ao Deputado Jocelito, que possa retirar esse requerimento, reformulá-lo, de uma forma que seja inteligível esse requerimento e para que possa ser votado e aprovado por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em discussão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar.

Não entendi a palavra “inteligível”, do Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Inteligível, V. Exa. sabe o que é, uma pessoa inteligente. Inteligível é aquilo que é compreensível.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu vou ler para o senhor compreender, então.

Eu fiz esse requerimento porque o que eu estou pedindo, não é nada de mais. O que eu estou pedindo? Não preciso de uma carreta de documentos. Estou perguntando em quais licitações da SANEPAR a PAVIBRAS concorreu? Existem outras em algum outro órgão do Estado? Da PAVIBRAS? Quais venceram? Quais os valores envolvidos? Estou falando da PAVIBRAS. Custo da obra? Estou falando da PAVIBRAS. Anexar cópias de todas. Das licitações que a PAVIBRAS participou.

Das licitações que a PAVIBRAS foi vencedora, quais já foram executadas e entregues? PAVIBRAS! Quais estão em execução? Qual a sua situação atual? É PAVIBRAS também. Se houve complementação nos valores da licitação, anexar cópia. É da PAVIBRAS também. Existem obras em execução pela PAVIBRAS paranaense? Da PAVIBRAS. Anexar cópias dos documentos. Da PAVIBRAS. Quanto em recursos financeiros do Governo do Estado do Paraná foram pagos à PAVIBRAS nos últimos quatro anos? As que as obras relacionam?

Então Sr. Presidente, eu acho que até a minha filha que tem sete anos, poderia entender esse requerimento. Porque é um requerimento tão simples, tão bem formulado e que não é um requerimento difícil de entender.

Eu estou mais preocupado, Sr. Presidente, porque o papel número um desta Casa é fiscalizar. Eu, aqui, estou até um pouco chateado, porque eu apresentei uma CPI a esta Casa, a CPI da SANEPAR, e ela foi aprovada nesta Casa no mandato anterior. Para tristeza minha, a CPI não foi constituída. A CPI foi devidamente aprovada nesta Casa. Eu cobreí várias vezes e não consegui fazer essa CPI andar. Poderia ter esclarecido isso. Mas, não andou e a CPI não aconteceu. Eu fiz a minha parte, fiz o que pude, lá atrás eu não recebi a informação.

O que me preocupa mais, Sr. Presidente - eu não estou fugindo do assunto - é que eu li o jornal Impacto, e o jornal Impacto está nesse momento transcrevendo algo muito preocupante. O Diretor Jurídico da empresa fala da PAVIBRAS também, o Rogério Stefhano, ele fala também da questão da SANEPAR.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito Canto, V. Exa. por gentileza, conclua o seu encaminhamento para que nós possamos votar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sim, Sr. Presidente, eu só estou dizendo que é um requerimento importante e volto a dizer, peço o apoio dos companheiros. Eu até retiraria Deputado Romanelli, o meu requerimento, desde que voltasse aquela lei que em cinco dias o Estado podia nos informar. Aí pronto, estaria resolvido.

Por isso, Sr. Presidente, eu encaminho e peço aos companheiros, já que estão essas dúvidas por aí, não custa investigar, não custa olhar, não custa pegar os documentos. O Governador disse daquela tribuna ali, Sr. Presidente, no dia da posse do Requião, podemos verificar as notas taquigráficas, o Requião disse: “esse Governo não vai precisar ficar desaprovando requerimento em Plenário”.

São as palavras de S. Exa. o Governador Roberto Requião. Se a Bancada votar contra, a Bancada está indo contra os princípios da Esquerda, daquilo que pedia o Governador Roberto Requião. Por isso eu peço o apoio aos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Jocelito Canto, requerendo informações ao Governador do Estado, permaneçam como estão.

Os Deputados que rejeitam o requerimento, levantem-se.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Sas. me perdoem, os que rejeitam levantem-se.

A maioria absoluta dos Deputados levantaram-se. Está rejeitado o requerimento.

Os Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Dezenove Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Está rejeitado.

Requerimento nº 233, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Eu penso que esse pedido de informações é anti-regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Do Deputado Jocelito Canto. **Aprovado.**

Requerimento nº 235, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva, para informar.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, estou fazendo uma questão legal a V. Exa. e queria chamar a atenção do nosso Líder do Governo que esse requerimento vem exatamente em função de uma lei feita nesta Casa. Não houve ascensão do Governador e não houve também o veto do Governador. Essa lei está lá com o Governador e não voltou a esta Casa e teme-se que a partir de agora, que quando ele não veta e nem acaba sancionando a lei, torna-se uma sanção tácita, que se fala. Concorde.

Então, peço a V. Exa. que peça imediatamente a volta deste projeto para a Casa para que V. Exa. possa

promulgar a lei, porque a lei já venceu o prazo. É a lei que autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres do Estado do Paraná. Quero explicar aos Deputados o que é. É aquele caso, Sr. Presidente, em que os corpos de pessoas indigentes, que ninguém reclama, que passam pelos IMLs, possam ser levados para as faculdades de Medicina do Estado do Paraná. Este é o projeto das entidades, que vai beneficiar os estudantes para cada vez mais aprender a nossa questão na parte da Medicina.

Então, o Governador cometeu um equívoco. Ele não sancionou e ele não vetou. Isto já passou do prazo. Solicito a V. Exa. que mande, imediatamente, buscar este projeto e que haja promulgação da lei por parte desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência remete o requerimento de V. Exa. ao Comitê Executivo, para apreciação.

Requerimento nº 236, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 251, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, com apoio dos Srs. Deputados Jocelito Canto, Artagão Júnior, Beti Pavin e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Não Recebido.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Discutir**)

Peço para discutir.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Na verdade, o requerimento é pertinente na medida em que contemplou o previsto no requerimento de ter mais de dezoito apoiantes e é um tema que tem que ser tratado ainda hoje para esta Casa poder esclarecer a opinião pública sobre o que aconteceu ontem, aqui. Por isso, quero dizer a V. Exa. para eu poder encaminhar - me permite, Deputado Jocelito? - encaminhar o seguinte: ontem, aqui nesta Casa foi feito um requerimento de autoria do Deputado...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Em que pese respeitar o encaminhamento do Deputado Romanelli, mas a verdade é que o requerimento, quando pedido para discutir, ele é adiado automaticamente, na forma regimental, e só pode encaminhar amanhã. Então, minha Questão de Ordem é para que V. Exa. determine o encaminhamento para amanhã.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Pela Ordem ou encaminhando Pela Ordem, da forma como V. Exa. contemplar este nosso pedido, concretamente o que aconteceu aqui ontem foi que o requerimento formulado pelo Deputado Ney Leprevost, que queria transformar o Presidente da República da Venezuela numa “persona non grata” ao Estado do Paraná, sendo ele que só numa rodada de negociações, mais de cem milhões de dólares firmou com empresas paranaenses, Sr. Presidente...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Pela Ordem)**

Isto já foi discutido!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente ...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Um minutinho. Sei que V. Exa. imagina, porque o conheço de longa data e V. Exa, assim como o Deputado Augustinho Zucchi e o próprio Deputado Jocelito Canto estão cobertos de razão. Por esta razão, por uma questão meramente democrática é que eu estou ouvindo o Deputado Romanelli.

Deputado Romanelli, eu concordo com o pensamento de V. Exa., no entanto, tenho que me ater ao Regimento Interno da Casa. Há um requerimento de V. Exa. dirigido à Mesa da Casa. Este requerimento foi pedido para discutir, razão pela qual adia-se, na forma regimental, o requerimento de V. Exa., e nós só poderemos discutí-lo amanhã e não hoje. Houve, efetivamente, muita sabedoria na manobra do Deputado Jocelito Canto ao pedir para discutir o requerimento. Tenho que me ater, V. Exa. sabe disso, àquilo que está escrito no livrinho.

Quero lembrar a V. Exas. que nós já tivemos, e hoje aconteceu por inúmeras vezes, o mesmo episódio de ontem. Na data de ontem, o Deputado Antonio Anibelli pediu para que fosse adiada a discussão do requerimento, pediu também para que fosse adiado o requerimento do Deputado Ney Leprevost. No entanto, não falou no microfone, como muitos de V. Exas. votaram sem falar ao microfone. Esta Presidência, ao não ouvir o Deputado Antonio Anibelli, aprovou o requerimento, que consta nas notas taquigráficas, razão pela qual não poderemos desarquivar um requerimento que não foi arquivado.

A matéria é extremamente polêmica. Acho até que está se dando importância muito maior do que se devia para um requerimento de “persona non grata” a um Chefe de Estado. Que repercussão pouca poderá trazer, mas eu não posso, com toda franqueza, desarquivar algo que não foi arquivado, e não posso deixar discutir uma matéria que ficou, cujo tema foi adiado para a Sessão de amanhã. Portanto, “segue o baile”.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Este momento lembra-me o Deputado Anibal Khury. Ele falava, em certa data: “ontem, nós comemos bola!” A lei não protege aos que dormem. Eu votaria contra esse requerimento, mas nós não tivemos, pela assessoria da Liderança do Governo, esse aviso. O Próprio Deputado Ney Leprevost nos alertou, após termos votado o requerimento. Por isso, assumo meu erro, mas temos que encaminhar de outra forma.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Agradeço ao Deputado Kielse pela cooperação e compreensão.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero fazer um apelo para o autor do requerimento. Acho que nós da Casa, por prudência, devemos pedir ao autor que esse requerimento seja retirado. Na verdade, a Casa não precisa se expor com os problemas da Venezuela. Eu voto contra e acho que não deveria nem ser votado na Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Eu vou resolver essa parada, Sr. Presidente, já que passou constitucionalmente. Vou entrar com um pedido especial nesta Casa, já que os investimentos que o Presidente Hugo Chávez está fazendo no Paraná são importantes, é da esquerda, é dinheiro que está entrando para o nosso País.

Vou fazer um pedido, amanhã, por meio do nosso Partido, transformando em um título especial ao nosso Hugo Chávez. Amanhã, vou fazer esse pedido, quem sabe até Cidadão do Paraná pelos investimentos feitos, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, veja V. Exa. o desgaste entre nós, entre esta Casa, entre o Parlamento, o Governo do Paraná, o Governo da Venezuela. Vou sugerir a V. Exa., que já houve, em início de trabalho, que a partir de hoje V. Exa. determine à sua assessoria, que qualquer requerimento de voto de repúdio a uma personalidade, por exemplo, a um Desembargador, a um Governador, ao Presidente Bush, ao Presidente Chávez, que V. Exa. evoque para si e convoque uma Sessão Extraordinária, sem ser paga, para que todos os Deputados tenham conhecimento, senão, nesta Casa, amanhã, eu apresento um voto de repúdio ao Papa, outro ao dono do bar da esquina, e vamos passar a votar voto de repúdio.

Que nesse erro cometido na Sessão de ontem, talvez hoje repetido, que V. Exa. - que está presidindo esta Casa recentemente, apesar da experiência passada - que nós não exponhamos a nossa Casa, senão amanhã todo mundo vai fazer voto de repúdio e eu vou apresentar também para alguém. Não é a nossa função e poderemos criar inúmeros prejuízos ao nosso Estado, ao nosso Brasil. Lembro-me do Deputado Pedro Lauro em Brasília, que fez um voto de repúdio ao Paraguai. O Itamarati se meteu no negócio, iam cassar o mandato do Deputado em Brasília porque tinha o AI-5. Não vamos mais cometer esses abusos, que podemos ofender a um sindicato, a uma classe, a um País, uma autoridade. Façamos com entendimento das Bancadas uma votação que todos saibam o que estão votando.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Exa. a assessoria da Mesa regimental entendeu uma questão aqui e me permite discordar da assessoria que informou V. Exa. O requerimento de desarquivamento é no sentido de desarquivar aquilo que foi arquivado erroneamente ontem nos Anais desta Casa.

Quero dizer a V. Exa. que há um precedente de um requerimento igual a esse que formulei nessa data quando aqui nesta Casa era Deputado o nosso companheiro Takayama, que apresentou também o Deputado Leprevost, um voto de repúdio ao então projeto da Deputada Marta Suplicy que era contra um projeto de lei da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Era um voto de repúdio.

Esta Casa aprovou e como aconteceu hoje, fomos matéria nacional, sendo ridicularizados pelo voto de repúdio a Hugo Chávez.

Naquele momento também fomos, só que nossa Casa soube, soberanamente, no Plenário, votar, e esse mesmo expediente, desarquivando dos Anais da Casa o voto de repúdio, resolvemos o tema e aquele voto deixou de existir no nosso mundo dos fatos e de direitos desta Casa.

Por isso, o nosso requerimento é para desarquivar aquilo que está nos Anais desta Casa. Era isso Exa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de esclarecer que esse voto de repúdio foi apresentado dentro do que permite o Regimento desta Casa Legislativa.

Portanto, se em determinado momento os Deputados que discordam deste voto de repúdio não se manifestaram e ele passou pelo Plenário e foi aprovado conforme constata e comprovam as notas taquigráficas da Sessão de ontem, nem que amanhã seja tomada outra iniciativa

nesta Casa, mas por hoje o Sr. Hugo Chávez é “persona non grata” no Estado do Paraná.

Em segundo lugar, quero esclarecer aqui, que fique muito claro para todos: não apresentei aqui requerimento contra o povo da Venezuela e nem contra um outro País. O meu requerimento é contra um ditador e tenho ojeriza à ditadura, seja ela uma ditadura de Esquerda ou de Direita.

Ridicularizar o Brasil é se submeter a um homem que está acabando com a liberdade de imprensa, que deu um “golpe branco” no seu país. Vejo aqui Deputados que foram vítimas da ditadura nesse País. Temos que nos levantar, levantar a nossa voz e gritar forte contra qualquer tipo de regime totalitário. Não há mais no mundo moderno espaço para Hitler, para Stalin, para Pinochet, para Fidel Castro.

Temos que prezar pela liberdade de expressão, pelo respeito ao estado de direito, pelo respeito à Constituição, e repudiar Hugo Chávez é exatamente mostrar que esta Casa comunga com esses princípios nobres que são totalmente os princípios diferenciados do Sr. Hugo Chávez. São os princípios que o Sr. Hugo Chávez não segue porque ele acabou com a liberdade de imprensa na Venezuela e deu um golpe branco no seu País.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

A minha Questão de Ordem à Mesa é se esse pedido do Deputado Anibelli está respaldado no requerimento. Porque acredito que por mais que a intenção seja boa, o nosso Regimento não permite que façamos Sessões Especiais, para discutir questões de repúdio. Isso não tem sentido. Estou colocando isso, Sr. Presidente, para amanhã não sair pior ainda do que já saiu, de que a Assembléia vai começar a discutir questões especiais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não. É importante que fique bem claro.

Entendo perfeitamente a revolta daqueles que não aceitam e não concordam com o mesmo pensamento do Deputado Ney Leprevost. Os dias vão dizer, realmente, se houve algum prejuízo. Uma coisa eu posso afiançar a V. Exas. e aos parceiros, o prejuízo de abriremos um precedente seria muito maior do que qualquer repúdio a qualquer pessoa desse País ou fora dele.

Portanto, não podemos, efetivamente, abrir um precedente, que se houve em outras épocas, é nefasto à imagem desta Casa. Eu não gostaria, e tenho para comigo, sequer discutir essa matéria, aqui, hoje. O requerimento foi aprovado ontem. Aprovou-se. Como brinquei aqui, “segue o baile”, “vamos tocar o barco” e vamos em frente.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, acho que temos que usar o bom senso. Desculpe, mas ele deveria ter falado, ontem, sobre as suas razões para o voto de repúdio e não deixar que

passasse o requerimento, sorrateiramente, sem ninguém ter ouvido.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdoe-me, V. Exa, sorrateiramente, de maneira alguma. Eu li esse requerimento na íntegra, ontem, em voz alta, como estou lendo, hoje, para ver se havia aquelas pessoas que sei que não concordam, para que se manifestassem. Não aceito o advérbio sorrateiramente.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Não questiono V. Exa. e nem a Mesa. V. Exa. o leu, como todos requerimentos. Acho, que se propõe, o Deputado, uma matéria dessa envergadura - porque questionar Hugo Chávez é uma discussão sobre a história da América Latina - o Deputado Ney Leprevost deveria subir à tribuna para chamar a atenção do seu requerimento e defender a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a discussão. Está negado o requerimento do Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

Requerimento nº237, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Estou apenas pedindo informações sobre a questão do IML do Paraná. É um requerimento simples, para saber do estado dos IMLs do Paraná, porque estamos cansados de ver as pessoas sofrendo. Por isso, peço o apoio dos companheiros.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 238, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Apenas para registrar a presença dos professores venezuelanos, que estão aqui conosco. Acho importante que eles assistam esse debate.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos os professores.

Requerimento nº239, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 234, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 219, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 220 e 221, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 225, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 227 e 229, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 230 e 231, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 232, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

UM SR. DEPUTADO (**Pela ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 241, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 243, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 247, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 248, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, só para ficar claro aqui o seguinte: V. Exa., embora estivesse na Mesa, não leu o requerimento formulado pelo Deputado Luiz Carlos Martins. Não ouvi aqui neste Plenário esse requerimento e prestei atenção em todos eles, Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Luiz Cláudio, V. Exa. está me colocando em uma situação difícil.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe-me Exa.! Pergunto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Puxa vida! Eu li o requerimento, olhei para V. Exa....

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

E foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

E foi aprovado o requerimento.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Eu, inclusive, estava esperando o pedido de vistas de V. Exa. e não ouvi. Foi na seqüência do pedido do Jocelito Canto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perdoe-me, Deputado! Está encerrada a Sessão.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição n° 035/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 007 e 018/07.

Levanta-se a Sessão.

